



# ADFA



**ÓRGÃO  
DA ASSOCIAÇÃO  
DOS DEFICIENTES  
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVII - N.º 199

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Maio 1991 — 80\$00

## 14 DE MAIO DE 74/91 — 17 ANOS DE ASSOCIATIVISMO E INTEGRAÇÃO



- Convívios na Sede e no Núcleo de Alcobaça
- Toma posse Conselho Directivo do Centro de Reabilitação da ADFA



**CRUZ VERMELHA PORTUGUESA CELEBRA 8 DE MAIO DE 1991  
COM «VÍTIMAS DE GUERRA»**



### ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Art.ºs 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1991/93.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Palácio da Independência, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

A.D.F.A., 15 de Abril de 1991.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

*António Reis Santos*

- Vontade oficial no apoio à construção da nova Sede
- Ministério das Obras Públicas concede um primeiro subsídio de dez mil contos

### Subsídios de férias e de Natal

- permitida a sua acumulação pelos deficientes militares

**A ADFA SAÚDA PAZ EM ANGOLA**



Neste período foram publicados dois importantes diplomas, os Decretos-Lei n.ºs 183 e 184/91, ambos de 17 de Maio e o Ministério das Finanças, e que dizem respeito à acumulação de pensões e de subsídios de férias e de Natal.

Dado ter-se verificado uma dúvida de interpretação, nos nossos serviços, em relação ao segundo daqueles documentos, a qual, já posta à entidade competente, não teve ainda, como é compreensível pelo curto prazo decorrido, resposta, optou ELO pela simples transcrição dos dois Decretos, esperando poder, em Junho, prestar as informações complementares que se entendam necessárias.

#### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

##### Decreto-Lei n.º 183/91 de 17 de Maio

O Decreto-Lei n.º 203/87, de 16 de Maio, estabeleceu uma nova redacção para o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 26 de Janeiro, possibilitando a acumulação, na totalidade, das pensões de reforma extraordinária ou invalidez dos deficientes das Forças Armadas com a remuneração do cargo em que foram providos.

Os mesmos motivos que estiveram na origem da consagração de tal regime, ligados ao necessário reconhecimento da situação própria dos deficientes das Forças Armadas, nomeadamente na perspectiva de uma melhor integração social e profissional, justificam plenamente a sua extensão aos subsídios de férias e aos subsídios de Natal, ou 14.º mês, que passam agora também a ser cumuláveis na totalidade.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. O artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 203/87, de 16 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 13.º

##### Acumulação de pensões e vencimentos

1 — .....  
2 — As pessoas que se encontrem nas situações previstas no número anterior podem ainda acumular a totalidade dos subsídios de Natal e dos subsídios de férias, ou 14.º mês, que lhes couberem em razão de cada um dos estatutos em que estejam investidas.

3 — Aos DFA que, tendo sido beneficiários de qualquer tipo de pensão, por conta de deficiência contraída, e nos termos dos artigos 78.º e 79.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, ou de outra legislação análoga que lhes tenha sido anteriormente aplicada, tiverem que renunciar ao direito à pensão, por exercerem funções remuneradas no Estado ou organismos públicos, serão de novo fixadas as pensões nos quantitativos que lhes forem devidos nos termos deste diploma.

##### Decreto-Lei n.º 184/91

de 17 de Maio

O Decreto-Lei n.º 496/80, de 2 de Outubro, impõe que o trabalhador que acumule funções públicas, ou funções públicas com privadas, apenas seja abonado de um subsídio de férias, bem como de um só subsídio de Natal, cujo montante será o correspondente à retribuição auferida pelo exercício das funções mais bem remuneradas.

A impossibilidade de acumulação de subsídios de Natal é extensiva aos aposentados que se encontrem a exercer funções públicas, ou públicas e privadas, bem como o subsídio de férias, visto que este apenas é pago aos trabalhadores em efectividade de serviço, não abrangendo, portanto, os aposentados, enquanto tais.

É indubitável, hoje em dia, que tanto o subsídio de férias como o de Natal, quer no regime jurídico do direito privado, quer no do direito público, têm a natureza de retribuição, isto é, de contrapartida directamente ligada ao trabalho prestado, sendo precisamente esta natureza que vem tornar injusta a solução consagrada no direito vigente.

O presente diploma visa pôr termo às situações de injustiça relativa decorrentes do estabelecido nos artigos 3.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 496/80, tornando possível a acumulação dos subsídios em causa, no caso de acumulação de funções públicas, ou públicas e privadas, bem como a acumulação de subsídios de Natal por parte dos aposentados que exerçam funções públicas, ao contrário do regime que até agora vigorava.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. São revogados os artigos 3.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 496/80, de 20 de Outubro.



## 25 de Abril

### Lisboa

Respectivamente, a convite do general CEMGFA e do Presidente da Assembleia da República, a ADFA, na pessoa dos Presidente e 2.º secretário da Direcção Central, esteve presente às comemorações nacionais do 25 de Abril, no desfile militar na Avenida da Liberdade e na sessão solene da AR, tendo, no final desta, apresentado cumprimentos ao chefe de Estado.

### Porto

Também, conforme notícia mais detalhada em «Delegações», a ADFA esteve presente nas cerimónias no Porto.

### Olhos de Água

Como tem acontecido nos últimos anos, mais uma vez a Comissão de Moradores de Olhos de Água convidou a nossa Associação para as suas comemorações do 25 de Abril, tendo o Presidente da Direcção Central, na ocasião própria, proferido algumas palavras sobre a importância de tal

## Hospital Militar Principal

No dia 29 de Abril, o Presidente da DC e o responsável pelo DASC deslocaram-se ao Hospital Militar Principal, a fim de tratarem de vários assuntos pendentes relacionados com este serviço, tendo sido recebidos pelo respectivo Director, coronel médico dr. Pereira Mota, que se encontrava acompanhado pelos Directores da Clínica de Fisioterapia, dr. Cardeal e das Consultas Externas, dr. Carrilho.

Abordado, em primeiro lugar, o problema do «Gabinete do Utente», há tanto tempo decidido criar, continua o mesmo a

ser considerado da maior utilidade, não tendo sido ainda possível a sua concretização, por dificuldades burocráticas e financeiras.

Em relação à questão de acesso às consultas do HMP, por beneficiários da ADME, foi esclarecido que a posse do respectivo cartão só dá acesso imediato a consultas e/ou internamento, desde, que tal se relacione directamente com a deficiência sofrida. Nos outros casos, é facilitado também, quando possível, o respectivo acesso, mas sempre dependente de inscrição e de atraso.

## Secretaria de Estado da Defesa Nacional

No dia 21 deste mês, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, que se encontrava acompanhado pelo dr. Adérito Pinto, seu assessor para os assuntos dos deficientes militares, recebeu em audiência os Presidente, 1.º e 2.º Secretários e Tesoureiro da Direcção Central, os quais lhe foram expor algumas questões que se encontram na área de tutela daquele departamento governamental, assim como apresentar os mais recentes desenvolvimentos sobre outros assuntos.

Sobre a nova sede, fez-se o ponto da situação

sobre o andamento das obras e as verbas disponíveis, tendo o dr. Eugénio Ramos reafirmado o empenhamento oficial em garantir a construção total do edifício, dentro dos prazos previstos, considerando-se, se necessário, o reforço das verbas atribuídas.

Sobre legislação, foram abordados vários casos, nomeadamente os referentes aos grandes deficientes em serviço com desvalorização de 60 a 80 por cento, ao conceito de indemnização dos subsídios e prestação suplementar de invalidez nos termos do DL 43/76, à situação dos militares

acontecimento, e o seu significado actual, especialmente no que diz respeito aos deficientes militares.

## Secretaria de Estado das Obras Públicas

Com o fim de expor assuntos relacionados com a nova sede, a Direcção Central foi recebida, no dia 26 de Abril p.p., pelo Secretário de Estado das Obras Públicas.

## Tipografia-Escola

No passado dia 9 deste mês, esteve na Sede da Associação, acompanhado de outros dois técnicos do seu serviço, o dr. António Charana, Director dos Serviços de Reabilitação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, o qual debateu, com a Direcção Central e responsáveis de vários de-

partamentos, diversas questões relacionadas com a reabilitação profissional, muito especialmente os apoios que poderão ser concedidos para a nova instalação, alargada, da Tipografia-Escola, a qual, como se sabe, deverá sair do local onde se encontra, já que serão alienados, relativamente em breve, os terrenos do Anexo do HMP.

## Monumento aos Combatentes

Também no mesmo dia, o 2.º Secretário da DC esteve presente em mais uma reunião da Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar, a qual, presidida pelo general Altino de Magalhães (Liga dos Combatentes) examinou o actual desenvolvimento do concurso de ideias que se pretende lançar para o projecto daquela obra.

(Sobre este ponto ver, neste mesmo ELO, em «Informações aos sócios», outros dados).

Quanto ao processo de fornecimento de prótese, ortóteses e outro material e ajudas técnicas, informou o dr. Cardeal que, e isso é feito, mesmo quando tecnicamente aconselhável a prescrição de material mais moderno, e passada a respectiva receita/requisição, a sua adjudicação já dependia da secção financeira, a qual, por vezes, não tem verbas para satisfazer as solicitações. Tratado, seguidamente, o caso dos deficientes militares internados no serviço 6 — HMP/Anexo, que não recebem

pensão e que têm assistência médica e medicamentosa apenas, enquanto ali hospitalizados, foi deixado, pelos representantes da ADFA, um memorando sobre tal situação, no sentido de lhes ser garantida a continuação de assistência após a sua alta.

Finalmente, foi abordada a possibilidade de as receitas passadas nos serviços clínicos da Associação, e relacionadas com as deficiências dos sócios, terem igualdade de tratamento com as emitidas nos hospitais militares, assunto que recebeu o melhor interesse do Director do HMP.

cujas deficiências foram agravadas em serviço, à regulamentação do art.º 15.º do DL 43/76 (aquisição de viatura própria), ao desbloqueamento de escadões (DL 408/90) e à revisão do Estatuto da Aposentação Pública, tendo o Secretário de Estado mostrado o maior interesse em que se encontrem as melhores soluções para todos eles, sabendo-se, por exemplo, que em relação ao último (Estatuto), existe já abertura para ser considerada a acumulação de pensões de deficientes em serviço e funcionários públicos. Ainda sobre este ponto, foram já indicadas as dú-

vidas encontradas pela ADFA na interpretação do recém-saído DL 184/91 (ver «Diário da República»).

Seguidamente, e para terminar a audiência, foram prestadas algumas informações sobre a questão da assistência médica no Hospital Militar Principal, os contactos com o IEFP sobre a Tipografia-Escola, as relações, internacionais no âmbito da FMAC (reuniões próximas da CPAA e da CPAE, além da Assembleia Geral e o processo de venda das casas da CVP aos deficientes militares).



Propriedade, Administração e Redacção:  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
Palácio da Independência  
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex  
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 13 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 750\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00  
Fora da Europa: 2100\$00  
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Art.ºs 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1991/93.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Palácio da Independência, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

A.D.F.A., 15 de Abril de 1991.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

António Reis Santos

**Nota da Redacção:** como deve ter sido reparado, está errada a informação no nosso último número que diz que em Maio seriam, sobre o processo eleitoral, dados mais esclarecimentos, «conjuntamente com a apresentação das listas concorrentes e respectivos programas». Na verdade, se tais candidaturas têm até ao dia 3 de Junho para se apresentarem, logicamente só no jornal desse mês serão publicadas. As nossas desculpas pelo facto. Aproveitamos, entretanto, para, ao confirmar essa data — 3 de Junho — como limite para o recebimento de listas e programas, lembrar que só os sócios com as quotas regularizadas (por seu pagamento ou por dele estarem isentos), podem apresentar-se a candidaturas, assim como votar (Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral).

Porque um acto eleitoral democrático e transparente passa pela melhor informação dos sócios, assim como, fundamentalmente, por uma sua grande participação, novamente se recordam os principais artigos do Regulamento Eleitoral, já publicados em Abril, reservando para Junho o Capítulo III que trata, especificamente, do «Acto Eleitoral».

Aliás, devido à necessidade de conciliar a data de publicação das listas e programas com a Assembleia Geral Nacional Eleitoral de 29 de Junho, a saída do próximo ELO terá de ser antecipada para o dia 8.

### ● Estatutos

(...)

#### Assembleia Geral Nacional Artigo 24.º

1. A Assembleia Geral Nacional (AGN) é constituída por todos os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos(...)

#### Artigo 28.º

A Assembleia Geral Nacional para fins eleitorais reunirá ordinariamente de dois em dois anos, até 31 de Julho, para exercer as atribuições previstas no artigo seguinte.

#### Artigo 29.º

1. Para fins eleitorais, a AGN funcionará em Assembleias Gerais de Delegação (AGD) simultâneas.

2. As Assembleias Gerais de Delegação para fins eleitorais poderão funcionar com mesas de votos nos Núcleos existentes (...).

### ● Regulamento Eleitoral

#### Generalidades

(...)

**Artigo 4.º** — Só podem eleger, ser eleitos, candidatar-se ou subscrever listas de candidatos os sócios no pleno gozo dos seus direitos à data em que ocorrer o respectivo acto de eleição ou de candidatura (...).

**Artigo 7.º** — Para o acto eleitoral serão formadas Comissões Eleitorais constituídas por:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, a Mesa da Assembleia Geral Nacional Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas;

b) para os Órgãos Sociais Locais, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos considerados pela mesma;

**Artigo 8.º** — As Comissões Eleitorais referidas no Artigo anterior iniciarão a suas funções cinco dias após a data limite da apresentação das listas de candidatos.

**Artigo 9.º** — São competências das Comissões Eleitorais:

a) dirigir todo o processo administrativo das eleições;

b) assegurar iguais oportunidades e direitos a todas as listas concorrentes;

c) dar toda a publicidade ao Acto Eleitoral;

d) fiscalizar o Acto Eleitoral por forma a que ele se processe de acordo com os Estatutos da A.D.F.A. e o presente Regulamento Eleitoral.

e) proceder ao apuramento dos resultados.

(...) **Apresentação de Listas**

**Artigo 10.º** — 1. A apresentação de candidaturas consiste na entrega de listas conjuntas, que conterão obrigatoriamente todos os candidatos aos quatro Órgãos Sociais, quer se trate dos Órgãos Sociais Centrais (D.C. M.A.G.N., C.F.C., C.N.) ou Locais (M.A.G.D., D.D., C.F.D., C.N.) e far-se-á:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, à Mesa da Assembleia Geral Nacional;

b) para os Órgãos Sociais Locais, À Mesa da Assembleia Geral de Delegação.

2. As listas de candidaturas referidas na alínea b) serão, após a sua recepção, enviados à MAGN (...).

**Artigo 12.º** — A apresentação de listas estabelecidas nos artigos anteriores deverá ser feita até 25 (vinte e cinco) dias antes do acto eleitoral, acompanhadas pelos respectivos programas de acção, devendo os programas das listas para os Órgãos Sociais Centrais ser obrigatoriamente divulgados.

**Artigo 12.º** — Findo o prazo de entrega das listas, deverão as Mesas das Assembleias Gerais Eleitorais proceder à fixação das mesmas em lugar próprio na Sede, Delegações e Núcleos existentes, acompanhadas dos respectivos programas de acção.

**Artigo 14.º** — 1. As listas de candidaturas poderão ser apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes ou por quaisquer grupos de sócios, acompanhadas por um termo individual ou colectivo de aceitação de candidatura.

2. O termo de aceitação de candidatura constará de uma declaração assinada pelo candidato ou candidatos e respectivo número de sócio.

3. A apresentação de listas de candidatos deverá ser acompanhada pela identificação dos candidatos, da qual constará o número de sócio, nome completo, idade e residência.

**Artigo 15.º** — As listas de candidatos apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes serão denominadas por Lista A e as listas apresentadas por outros grupos de sócios serão denominadas pela ordem seguinte do alfabeto e segundo a ordem de entrada.

**Artigo 16.º** — As listas de candidatos apresentadas por grupos de sócios, serão subscritas por:

a) 30 (trinta) sócios para os Órgãos Sociais Centrais;

b) 20 (vinte) sócios para os Órgãos Sociais Locais.

## EDITORIAL



Desde 14 de Maio de 1974 — como o tempo passa! — decorreram já 17 anos em que a chama reivindicativa e interventora da A.D.F.A. foi, dedicada e responsabilmente, passada de mão em mão por aqueles que à «Casa» deram o seu melhor, para que ela, hoje, se mantenha viva e resplandesciente, farol norteador dos associados, luz clara e transparente perante a sociedade.

Comemorar um aniversário é, tradicionalmente, tempo de balanço e reflexão, momento de perscrutar, no passado, erros e omissões, virtudes e realizações, para que a experiência do já vivido, acrisoladas as metamorfoses e cambiantes, se constitua catapulta e vento de feição, face às dificuldades e marés que o futuro, forçosamente, nos trará.

Reconhecendo como rico e valioso o pretérito, não nos podemos extinguir na sua análise e contemplação, porque o porvir é já hoje, sem condescendência ante a máquina inexorável do tempo, afirmando-nos, com veemência, que o amanhã quase sempre se recusa a esperar por aquilo que ficou por fazer.

Se a vivência anterior se frutificou porque participada, as tarefas que se avizinham, por de grande vulto, exigem, como há 17 anos, o empenho e dedicação da massa associativa, no sentir colectivo e unânime de que o trabalho a levar a cabo é de profundo significado e interesse para todos e cada um de nós.

Em tal consenso, e certos de generalizada militância activa, poderemos proclamar, a nós próprios e à comunidade, que garantimos, porque participamos, o futuro, lançando, por intervenientes, a A.D.F.A.-mãe nos anos vindouros como segura defensora da nossa verdade, da nossa dignidade, da nossa integração.

A Direcção Central



COLABORANDO E PARTICIPANDO ENGRANDECES A A.D.F.A.  
E PERSPECTIVAS O TEU FUTURO!

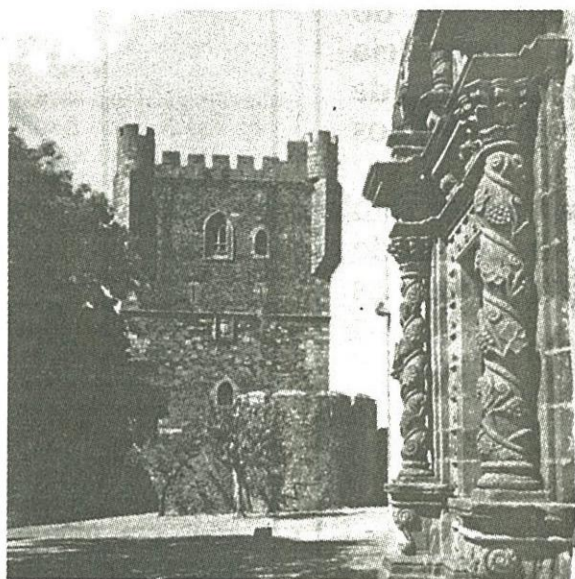
## DELEGAÇÕES • NÚCLEOS • DELEGAÇÕES

## BRAGANÇA

Integrado nas comemorações do 17.º aniversário da ADFA, a delegação local promove um encontro/convívio aberto a todos os associados, e seus familiares, com serviço de almoço, a ter lugar no aprazível Parque de Campismo de Vila Flor, no próximo dia 9 de Junho (domingo).

Neste belo local, de fácil acesso e boa estrada, poderás passar um dia inesquecível, estando, ainda, as lindas paisagens do complexo das piscinas ao teu dispor, e dos teus filhos. Se conheces aquela magnífica região, sabes quanto vale a pena; se não conheces, não percas esta oportunidade.

Além disso, A TUA PRESENÇA É O MAIS IMPORTANTE! DÁ FOR-



ÇA À FORÇA DA TUA RAZÃO! NÃO TE ISOLES. VEM TER COM AQUELES QUE MAIS SABEM SENTIR OS TEUS PROBLEMAS E AS TUAS DIFICULDADES.

A tua delegação, em Bragança, espera o teu contacto.

Pensa nos teus familiares e na alegria que lhes poderás proporcionar. Pensa, também, em ti, nos teus ex-camaradas, na tua Associação e no prazer que todos tirarão deste encontro.

Contamos contigo e com o teu abraço fraterno. Contacta-nos desde já.

## PORTO

## Comemorações do 25 de Abril

ADFA/Delegação do Porto, a convite do General Comandante da Região do Militar do Norte, esteve representada, através do Presidente da sua Direcção, nas cerimónias do 25 de Abril, que se realizaram na Praça da República, com um desfile de subunidades das diversas forças militares e militarizadas da guarnição do Porto.



## Transferência de Comando da R. M. N.

A ADFA/Porto foi igualmente convidada para a cerimónia de transferência do Comando da R. M. N., a qual decorreu no Regimento de Infantaria do Porto, em 30 de Abril passado. Assumiu, desde essa data, as funções de Comandante da R. M. N. o general Adérito Augusto Figueira, em substituição do general Rafael Guerreiro Ferreira, entretanto, nomeado Director do Instituto de Altos Estudos Militares.

Na oportunidade, a ADFA deseja aos generais Rafael Ferreira e Adérito Figueira os maiores êxitos profissionais e pessoais no desempenho dos novos cargos em que foram investidos.

## CASCAIS

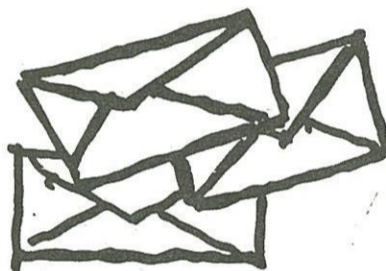
Em primeiro lugar, um esclarecimento da Redacção do «ELO», com pedido de desculpas ao sócio

Carlos Fanado: é que foi dele a crónica publicada em Abril, sobre o jantar anterior, o que, por lapso, não foi então indicado.

Em segundo lugar a informação de que o jantar do Núcleo, em Junho, será na 6.ª-feira, dia 28,



no mesmo local do de Maio, ou seja, e não esquecer, «O GARGALO», em Atrozela (Alcabideche). Sobre o jantar deste mês não se pode dar ainda notícia, porque estará a decorrer precisamente à hora a que ele «ELO» está a ser impresso.



## Correspondência

Pela Direcção Central foi remetida ao Elo a carta que seguidamente se transcreve, do sócio Sousa Chamusca, a qual, tendo merecido a nossa melhor atenção, nos permite algumas informações e esclarecimentos, depois de contactados os serviços respectivos.

«Eu, Júlio Dinis de Sousa Chamusca, sócio n.º 4971, venho por este meio alertar para vários factos que acho de relevante importância para todos os colegas deficientes:

1.º — É sobre o Elo, que em meu entender deveria ser mais um jornal informativo com interesse para os sócios, explicitar mais os conteúdos (exemplo, segundo o D.L. n.º X — a maioria dos sócios nem sequer sabe o conteúdo do mesmo Decreto).

Que as informações sejam dadas na hora, não já com factos consumados, portanto, por vezes já desactualizados e não fiáveis.

Já alertei para estes factos em reunião na sede ADFA-Porto, mas em meu ver tudo ficou como dantes, embora me informassem que todo o conteúdo foi transmitido para a Sede-Lisboa.

2.º — Quotas: Como é do conhecimento de todos os sócios, ou da sua maioria, o aumento das quotas é deliberado em Assembleia e na Sede. Tudo muito certo, só que aqui surge um facto que é que muitos sócios não têm possibilidades de se deslocarem às ditas Assembleias e só uma minoria decide. Não é por falta de vontade associativa, é por faltas de outra natureza que me excludo de enumerar.

Todos nós sabemos que as despesas são elevadas, que são precisas verbas, mas não nos esqueçamos que a vida também é dura para muitos dos nossos colegas. Portanto há que repensar situações futuras, consultar por escrito todos os associados sobre este tema. É uma sugestão.

3.º — Sobre o cálculo de pensões e seus descontos sobre IRS, deveria haver um esclarecimento mais aprofundado, com um exemplo, com publicação de tabelas de desconto para o IRS, para que assim todos os associados, que por falta de meios e por impossibilidade de se deslocarem, em tempo útil, às delegações, vão estando informados de tudo o que lhes diz respeito.

Esta minha carta não é uma crítica à gestão da Associação nem à redacção do Elo, é sim um alerta a novas ideias, que por vezes passam às pessoas que num ritmo rotineiro vão elaborando o jornal.

Nota: Pedia que esta minha carta fosse publicada numa das edições do Elo, para que todos os sócios a possam ler, pois que podem ter ideias mais concretas para problemas reais que a todos nos interessam. É com a participação de todos que fazemos UMA ASSOCIAÇÃO MAIOR e pioneira, no país, em prol dos deficientes.»

Júlio Dinis de Sousa Chamusca



Agradecendo, na parte que nos toca, estas considerações do nosso associado, podemos esclarecer, e no que se refere ao «Diário da República», que o ELO se limita a indicar números e resumos da legislação de maior interesse, a seu ver, para os leitores, algumas vezes mesmo transcrevendo, destacando e anotando os diplomas mais directamente relacionados com os problemas dos

nossos associados. Por isso, há que compreender que a indicação ou referência a legislação específica, em artigos ou notícias, não seja acompanhada de maior explicação.

Quanto à informação de «factos consumados», haverá que entender que o ELO, sendo uma publicação mensal, não pode estar, como se de um diário se tratasse, «em cima do acontecimento» (a não ser quando ele coincide com a sua edição), nem divulgar actos ou acontecimentos a realizar com relativo horizonte de futuro, quando ainda não conhecidos no momento da sua saída.

Sobre a questão das quotas, embora fora do nosso âmbito, podemos recordar que a sua aprovação é da competência exclusiva da Assembleia Geral Nacional, não havendo, estatutariamente, no momento, outra forma de o fazer.

Finalmente, e quanto ao IRS, recorda-nos o DAJAS que as pensões, em 1991 estão não sujeitas a tributação até 560 contos anuais e isentas a partir desse montante, relativamente a metade do respectivo excesso, até ao máximo de 1400 contos.

## TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO • FOTOGRAFIA  
IMPRESSÃO • MONTAGEM  
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS • EMBALAGENS • CARTÕES  
• FACTURAS • RECIBOS • GUIAS DE  
REMESSA • CARTAS • ENVELOPES

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**  
(sr. Mário Mendes)  
H. M. P. — Anexo Campolide  
R. Artilharia Um, n.º 107  
1200 LISBOA  
☎ 65 35 93

## SÓCIOS FALECIDOS

Celestino Ferreira, sócio n.º 9612, natural de Portela e residente em Cabeça Santa, concelho de Penafiel, faleceu no passado dia 28 de Fevereiro de 1991.

Sócio de preço de sangue, por morte de um filho em Moçambique.

Deixa viúva a sr.ª D. Ana da Rocha.

Francisco José Major, sócio n.º 8408, natural de Terrena e residente em Benavente, concelho de Benavente, faleceu no

passado dia 20 de Abril de 1991.

Sócio com 10 por cento de valorização, sofreu o seu acidente na Guiné, quando, fazendo um patulhamento a bordo, foi atingido pelo fogo vindo de uma clareira.

Deixa viúva a sr.ª D. Ana Maria Major e um filho.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

## Informação aos sócios

**URGENTE!**  
**Instituto da Juventude**  
**Programa de ocupação**  
**de voluntariado**  
**— Verão/91 —**

Embora correndo o risco de poucos serem os filhos de sócios, e/ou seus amigos, que possam aproveitar esta iniciativa do Instituto da Juventude, dado o atraso da notícia pelo ELO (o respectivo ofício só chegou à nossa Redacção depois do número de Abril ter saído), não queremos deixar de aqui dar a respectiva informação, caso para alguém ela ainda chegue a tempo.

Assim, e conforme diz o respectivo regulamento, tendo como objectivo «canalizar a disponibilidade de participação dos jovens para acções de voluntariado, proporcionando-lhes, nos meses de Verão, uma ocupação útil, que contribua para a promoção das condições de vida da comunidade», e tendo como destinatários jovens dos 14 aos 23 anos de idade, a que é atribuída uma compensação económica de 700\$00 por dia de actividade (em projectos com a duração máxima de 5 semanas, em 4 horas por dia, num único período e que decorrerão entre 1 de Julho e 27 de Setembro), o Instituto da Juventude, através dos respectivos serviços regionais, recebe, até ao dia 31 de Maio, inscrições para estes trabalhos de férias, os quais se desenvolverão sempre nas seguintes áreas:

- património cultural;
- interesse social e comunitário, e
- património natural.

**JOVEM** — Se estás interessado, e ainda fores a tempo, inscreve-te no programa de ocupação de voluntariado — Verão/91, do Instituto da Juventude!

Para possibilitar uma mais rápida resposta a esta informação, e inscrição no programa, eis a lista das moradas e telefones dos vários centros regionais onde os candidatos se devem dirigir:

**AVEIRO** — Av. 25 de Abril, 24, r/c, telef. (034) 381935/28822; **BEJA** — Rua Pedro Álvares Cabral, 8, telef. (084) 22672/22423; **BRAGA** — Rua de Santa Margarida, 6, telef.

(053) 70660/71562; **BRAGANÇA** — Rua Orobio de Castro, telef. (073) 27017/18; **CASTELO BRANCO** — Rua Dadrá, 24, 3.º esquerdo, telef. (072) 22462/26470; **COIMBRA** — Rua Alexandre Herculano, 52, telef. (039) 28191/28192; **ÉVORA** — Rua Miguel Bombarda, 43, telef. (066) 22959/21445; **FARO** — Rua Bombeiros Portugueses, 4, 1.º, telef. (089) 822923/804952; **GUARDA** — Avenida Alexandre Herculano, telef. (071) 22210/24533; **LEIRIA** — Largo Cândido dos Reis, 9, telef. (044) 813421/2/3; **LISBOA** — Rua Dona Estefânia, 14, telef. (01) 578612/573345; **PORTALEGRE** — Praça da República, 17, telef. (045) 22776; **PORTO** — Rua Júlio Dinis, 604, 1.º, telef. (02) 695434/696698; **SANTARÉM** — Avenida D. Afonso Henriques, 109, telef. (043) 22292/23486; **SETÚBAL** — Largo José Afonso, telef. (065) 532707/532835; **VIANA DO CASTELO** — Rua do Poço, 16-26, telef. (058) 828882/828384; **VILA REAL** — Rua Combatentes da Grande Guerra, 29, 2.º, telef. (059) 23551; **VISEU** — Avenida Capitão Silveira Pereira, 117, telef. (032) 26197/422727.

### Lentes de contacto descartáveis comparticipação

Por nos parecer de interesse, transcrevemos a circular n.º 10 do Departamento de Finanças do Estado-Maior do Exército, sobre o assunto em título:

1. Em conformidade com as tabelas de comparticipação em vigor, as lentes de contacto (par) são comparticipadas em 75% até ao limite de Esc. 10 000\$00, apenas um par por ano, salvo se houver alteração de graduação com prescrição de médico oftalmologista.
2. Ultimamente surgiram no mercado lentes de contacto descartáveis, de duração muito limitada e consequentemente com um maior consumo anual.
3. Tendo o assunto sido submetido à apreciação superior informa-se que por despacho de 11ABR91, do General Director do Departamento de Finanças, foi determinado que a autorização para a comparticipação das referidas lentes só poderá ser efectuada pela RAD/DSF, que efectuará o controlo de forma a que não seja excedido o montante de Esc. 10 000\$00 anuais, nas condições referidas no número 1 da presente Circular.

### «O ÁLCOOL MATA»

O Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais da Sede resolveu desenvolver uma pequena campanha pedagógica e esclarecedora sobre o consumo exagerado de álcool.

É conhecido por todos nós a tragédia do alcoolismo no nosso país e no estrangeiro, cujos reflexos se fazem sentir, também, na ADFA, já que estamos inseridos nesta sociedade.

Não é do desconhecimento de todos os sócios a quantidade de camaradas nossos que, por terem consumido bebidas alcoólicas em excesso, viram a sua morte aparecer prematuramente.

A ADFA não pode ficar indiferente a este flagelo e o DASC tem garantida a participação de três técnicos que, sobre o aspecto científico, nos vão mostrar as consequências nefastas do álcool.

Assim, nos próximos quatro números do ELO, teremos a participação de um médico de clínica médica, de uma psicóloga clínica e de um médico psiquiatra. Terminaremos com o testemunho de um sócio, ou de mais, se os associados estiverem sensibilizados para colaborar nesta iniciativa.

**Nota oportuna** — de um artigo publicado no «Público» de 17 deste mês: «Em Portugal existem cerca de 600 mil alcoólicos e um milhão e duzentos mil bebedores excessivos, o que coloca o nosso país, no contexto europeu, como aquele que mais óbitos regista por cirrose hepática. Estes números foram revelados por Carlos Moraes, director do Centro Regional de Alcoologia do Porto (CRAP).

De acordo com o nutricionista, a faixa etária dos 40 aos 55 anos é a mais atingida e o distrito de Vila Real — onde 10% da população se pode tornar alcoólica — o mais afectado. Nos jovens, o consumo de cerveja está a aumentar, constituindo este grupo cerca de 30% dos doentes que procuram internamento no CRAP.»

## CARTÃO ADME

Para melhor esclarecimento sobre a utilização do Cartão da ADME, e direitos dos seus beneficiários, aqui se transcrevem, em complemento também da notícia sobre «Hospital Militar Principal» inserta na «Agenda», as normas que mais interessam aos nossos associados, na assistência sanitária nos estabelecimentos hospitalares militares.

Antes de mais, reforce-se a ideia de que **uma coisa é ser-se potencial utente do HMP e outra coisa é ser-se beneficiário das ADMEs. Esta última condição não implica obrigatoriedade de atendimento nos HM.**

UTENTE	DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	LEGISLAÇÃO	OUTRAS FORMALIDADES
(f) Deficientes das Forças Armadas (DFA) — quando a natureza da moléstia que justifique o tratamento ou internamento estiver directamente relacionada com a lesão que determinou a deficiência.	• Cartão de DFA • Bilhete de Identidade • Guia	• N.º 5 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.	• Quando o deficiente tiver necessidade de próteses ou outro tratamento hospitalar, apresentar-se-á à autoridade militar da área da sua residência, que, uma vez comprovada tal necessidade, lhe passará guia de marcha e/ou de consulta para o Hospital ou Centro de Reabilitação mais próximo e adequado, providenciando no seu transporte (alínea a) do n.º 3 do art.º 14.º do Dec.-Lei 43/76).
(g) Militares beneficiários de pensão de reforma extraordinária ou de pensão de invalidez. Só para tratamento de moléstias, ferimento ou mutilação directamente relacionadas com a lesão/doença que o incapacitou/desvalorizou.	• Bilhete de Identidade Militar de Pensionista	• Decreto-Lei n.º 47317 de 19NOV66.	• O facto de poderem exhibir cartão da ADME não os torna potenciais utentes do HMP em termos globais.
(h) Familiares de militares falecidos que sejam beneficiários de pensão de preço de sangue ao abrigo da alínea a) do artigo 2.º do Dec.-Lei 47084, de 04JUL66 revogado pelo Dec.-Lei 404/82, de 24SET82.	• Cartão da ADME • Cartão de beneficiário de pensão	• Dec.-Lei 434-A1/82, de 29 de Outubro.	

## SEDE

### ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

<b>CLÍNICA GERAL</b> Médico: sócio dr. Fernando Brito	Terças-feiras, às 13 horas. Quintas-feiras, às 14 horas.
<b>PSIQUIATRIA</b> Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas.
<b>PSICOLOGIA</b> — «Stress de guerra» dr.ª Paula Frazão	Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
<b>ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL</b> dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
<b>SERVIÇO SOCIAL (*)</b> Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

• As consultas efectuem-se todas no consultório médico da Sede.  
 • As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.  
 • As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

### Outros Serviços

**SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:**  
 Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

**BAR E CANTINA**  
 Segundas a sextas-feiras  
 10H10/10H30 (só pequenos-almoços);  
 12.30/

**SECÇÃO FOTOGRÁFICA:**  
 Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

## CENTRO DE REABILITAÇÃO DA ADFA Porto

### Serviços Disponíveis

— Apoio Social	— Reabilitação Funcional
• Informações gerais	• Prótese e ortóteses
• Primeiro contacto com utentes	• Consultas de Fisiatria
• Encaminhamentos	• Consulta de Clínica Geral
dr.ª Manuela Bessa	• Fisioterapia e Terapia Ocupacional
— Consulta Psicológica	— Consulta de Psiquiatria
dr.ª Maria Jorge	Marcações:
— Promoção de Emprego	dr.ª Helena Soeiro
Vítor Pinto	

☎ 02/82 40 55

☎ 02/82 07 19

# 14 DE MAIO DE 1991 — 17.º ANIV

## NOTA DE ABERTURA

Dois actos marcaram de forma mais directa, no próprio dia 14, a celebração do 17.º aniversário da ADFa. Referimo-nos à tomada de posse do Conselho Directivo do Centro de Reabilitação e ao jantar efectuado na Sede. No entanto, não podemos esquecer, também, a jornada já realizada, em 11 deste mês, em Alcobaça, e a realizar, em 9 de Junho, em Bragança.

Permita-se-nos ainda que, passado um ano sobre a constituição da UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU, deixemos, nesta mesma página, uma saudação muito especial aos nossos amigos de Angola, pela tão esperada, e desejada, entrada em vigor do cessar-fogo, precisamente à meia-noite do dia

14. Foi um grande fecho para as comemorações do nosso aniversário, não há dúvida. E que daqui a um ano, no nosso 18.º aniversário, e por ocasião da passagem da presidência da União, exactamente para a Associação dos Antigos Combatentes de Angola, a Paz e a reconstrução nacional naquele país irmão sejam garantidos do desenvolvimento de cada vez mais fortes laços de cooperação e solidariedade.

Finalmente, apenas um apontamento para referir a coincidência de, passando o aniversário da Cruz Vermelha Portuguesa numa data muito próxima da do nosso (8 de Maio), ter sido, este ano, atribuída à ADFa, durante o respectivo acto comemorativo, a sua medalha de Benemerência (ver última página).

## JORNADAS DE CONFRATERNIZAÇÃO

### ALCOBAÇA

Em sequência de reunião anterior, e conforme ELO veio divulgando nos seus últimos números, realizou-se, no Núcleo de Alcobaça, no dia 11 deste mês, integrando-se nas comemorações do 17.º aniversário da ADFa,

vências da legislação, já publicada e a publicar, à intervenção externa, nacional e internacional.

Seguiu-se animado e participado debate, onde foram levantados alguns problemas, esclarecidas algumas dúvidas e sugeridas algumas acções, por grande parte da cerca de



uma grande jornada de participação associativa e convívio, que teve início pelas 10 horas, nas instalações da Assembleia Municipal local, amavelmente cedidas para o efeito.

Os elementos da Comissão Instaladora do Núcleo, conjuntamente com os Presidente e 1.º

meia centena de sócios presentes.

A Comissão Instaladora do Núcleo aceitou permanecer em funções até nova reunião, a realizar, presumivelmente, em finais de Outubro, tendo-se assumido o desafio de realização, naquela localidade, ao comemorar-se o



Secretário da Direcção Central e o responsável pelo Departamento de Apoio Social, Cultura e Desporto (DASC), abriram a sessão, com intervenções que tocaram as diversas áreas, projectos e vida associativa, da dinamização, a nível geral e local, da construção da nova Sede, do apoio social à assistência médico-medicamentosa, protésica e hospitalar, das envol-

18.º aniversário da ADFa, de uma jornada de reflexão para que serão também convidadas todas as outras Comissões Instaladoras dos Núcleos da área de Lisboa, a saber: Cascais, Peniche, Santarém e Tomar, que finalizará com grande concentração associativa, augurando-se para tal iniciativa grande vivência e intervenção.

### SEDE BRAGANÇA

Antecedido pela cerimónia de tomada de posse do Conselho Directivo do Centro de Reabilitação da ADFa, acontecimento que pela sua importância associativa se quis ligar às comemorações de mais um aniversário da Associação, realizou-se na sede um jantar de reflexão e convívio, a que não quiseram deixar de estar presentes alguns dos sócios que a esta casa tanto têm dado do seu tempo, do seu entusiasmo e do seu esforço, numa representação alargada que envolveu, para além dos Órgãos Sociais Centrais, Sede, Delegações e Núcleos, a massa associativa, nessa mais simples, mas fundamental, qualidade, e familiares.

Após uma estupenda refeição, que outra coisa não seria de esperar da nossa cozinha, em que a alegria e a comunicação entre todos foi mais uma prova/certeza de que o entusiasmo e a militância de uns quantos, apenas e embora com temporárias fases de desânimo, compreensíveis perante algum desinteresse e afastamento de tantos, só não dá mais frutos e não consegue melhores resultados apenas, quantas vezes, por falta de apoio interno, como também por evidentes questões financeiras e humanas, em que sobressai a carência de pessoal, após o «arroz à Valenciana», dizíamos, as intervenções iniciaram-se com a leitura, por parte do 2.º Secretário da DC, de algumas mensagens chegadas por essas ocasiões, destacando-se as da Mesa da Assembleia Geral Nacional, das Delegações de Bragança e de Vila Nova de Famalicão, do sócio Abel Fortuna e de um grupo de associados do Porto que, estes últimos, reunidos em confraternização, desejaram,

numa frase, o que poderia ser o lema para esse dia: «QUE O AMANHÃ SEJA UM HOJE FORTIFICADO».

Seguidamente falou o responsável pelo DASC, Jorge Maurício, que, em síntese, referindo que a dinamização associativa não pode passar apenas pelos órgãos dirigentes, centrais, regionais ou locais, mas que tem que ser produto vivo da participação de todos os associados, lançou o desafio de se começar a pensar, de imediato, num 18.º aniversário de âmbito muito mais lato, em jornada de confraternização nacional.

O Presidente da Direcção Central, recordando os primeiros responsáveis pela Associação, alguns dos quais presentes ao jantar, e saudando todos os convivas, especialmente os das Delegações e Núcleos, não quis deixar de alertar, ao rememorar o já longo historial de luta da ADFa, para que alguns dos sócios já dormem «à sombra da bananeira», porque julgam que os direitos conquistados estão garantidos e esquecendo, o que é pior, os seus ex-camaradas que não têm ainda as suas situações resolvidas ou acauteladas.

José Arruba, ao enunciar alguns dos actuais projectos e áreas de actuação da ADFa, nomeadamente nova sede, legislação, reabilitação, formação profissional, assistência médica e questões internacionais, diria que, embora encontrada uma via certa e correcta no cumprimento dos princípios definidos pelo III Congresso, como «Organização Não Governamental» — ONG —, que sabe o que quer, haverá agora que fazer uma viragem mais para dentro, para os problemas internos, num caminho de conciliação que permita um debate franco e alargado sobre a Associação que se quer, e como nela

participar, na certeza de que se alguma coisa se fez, muito há ainda para fazer, só sendo possível conseguir mais e melhor com maior participação associativa. Dando como exemplos a nova sede e as quotas, reafirmo não só as obrigações que competem ao Estado como também a necessidade de intervenção e contribuição dos deficientes militares, dado que não se poderá deixar aos outros a resolução dos próprios problemas.

Ao falar do importante papel desempenhado pela ADFa no campo da coo-

de parte da nossa história não estaria escrita». Muitas palmas também para a D. Engrácia e para o António, cujo empenho e dedicação mais uma vez foram postos à prova nessa noite, já que se encontraram sozinhos para servir, e bem, o jantar («ELO» julga que deve também ser aqui assinalado, sem nomes, no entanto, o facto de algumas pessoas, perante essa situação, se terem levantado para ajudar ao serviço, o que permitiu uma sua melhoria considerável).

Terminada a refeição, o convívio prolongou-se



peração, José Arruda recordaria, com uma saudação muito especial, a feliz coincidência de nesse mesmo dia, pela meia-noite, entrar em vigor, em Angola, o cessar-fogo.

A finalizar, o presidente da DC lançaria, no que foi acompanhado por todos os presentes, os seus «vivas» à ADFa e «às nossas mulheres e companheiras».

Momentos fortemente aplaudidos, nas intervenções dos dois oradores, foram os aqueles em se fez referência aos trabalhadores da Associação, «sem os quais gran-

por mais algum tempo, em animados grupos que se espalharam pelo pátio, sendo que o tema comum a todos eles era, sem dúvida, a ADFa. E o 18.º ANIVERSÁRIO COMEÇOU LOGO ALI A SER PENSADO, como que resposta pronta ao desafio momentos antes lançado por Jorge Maurício.

### BRAGANÇA

Não esquecer o convívio do próximo dia 9 de Junho, conforme notícia mais destacada, em «Delegações».

# PARTICIPAÇÃO — REABILITAÇÃO

# — 17.º ANIVERSÁRIO —

o para as comemorações do nosso aniversário, não a um ano, no nosso 18.º aniversário, e por ocasião da da União, exactamente para a Associação dos de Angola, a Paz e a reconstrução nacional naquele tes do desenvolvimento de cada vez mais fortes laços edade.

um apontamento para referir a coincidência de, da Cruz Vermelha Portuguesa numa data muito (8 de Maio), ter sido, este ano, atribuída à ADFA, acto comemorativo, a sua medalha de Benemerência

## — TOMADA

participar, na certeza de que se alguma coisa se fez, muito há ainda para fazer, só sendo possível conseguir mais e melhor com maior participação associativa. Dando como exemplos a nova sede e as quotas, reafirmo não só as obrigações que competem ao Estado como também a necessidade de intervenção e contribuição dos deficientes militares, dado que não se poderá deixar aos outros a resolução dos próprios problemas.

Ao falar do importante papel desempenhado pela ADFA no campo da coo-

*de parte da nossa história não estaria escrita». Muitas palmas também para a D. Engrácia e para o António, cujo empenho e dedicação mais uma vez foram postos à prova nessa noite, já que se encontraram sozinhos para servir, e bem, o jantar («ELO» julga que deve também ser aqui assinalado, sem nomes, no entanto, o facto de algumas pessoas, perante essa situação, se terem levantado para ajudar ao serviço, o que permitiu uma sua melhoria considerável).*

Terminada a refeição, o convívio prolongou-se



peração, José Arruda recordaria, com uma saudação muito especial, a feliz coincidência de nesse mesmo dia, pela meia-noite, entrar em vigor, em Angola, o cessar-fogo.

A finalizar, o presidente da DC lançaria, no que foi acompanhado por todos os presentes, os seus «vivas» à ADFA e «às nossas mulheres e companheiras».

Momentos fortemente aplaudidos, nas intervenções dos dois oradores, foram os aqueles em se fez referência aos trabalhadores da Associação, «sem os quais gran-

por mais algum tempo, em animados grupos que se espalharam pelo pátio, sendo que o tema comum a todos eles era, sem dúvida, a ADFA. E o 18.º ANIVERSÁRIO COMEÇOU LOGO ALI A SER PENSADO, como que resposta pronta ao desafio momentos antes lançado por Jorge Maurício.

## BRAGANÇA

Não esquecer o convívio do próximo dia 9 de Junho, conforme notícia mais destacada, em «Delegações».

Tendo sido aprovado pela Direcção Central o Regulamento do Centro de Reabilitação da ADFA, tomou posse, como se disse na Nota de Abertura, no próprio dia do aniversário da Associação, o primeiro Conselho Directivo daquele organismo, integrado pelos sócios Alberto Brum da Costa, Martinho da Rocha Nunes e António dos Santos Carreiro, acontecimento a que ELO entendeu, em paralelo com a própria DC, dar o maior destaque, já que ele correspondeu ao colmatar de importante lacuna organizativa e funcional, a qual mais fortemente se fez sentir a partir do momento em que se pensou na possibilidade da assinatura do protocolo como o Instituto do Emprego e Formação Profissional — IEFP — e com a CERCI-GAIA, situação essa, aliás, que está devidamente considerada no novo documento.

Por esta razão, mais uma vez, e dado que há que distribuir o espaço disponível pelas várias fontes de notícia, ELO tem que adiar a prometida, e já realizada, reportagem sobre o Centro. Mas, conforme se disse em Abril, o acontecimento que neste mês aqui se regista, «mais força dá, se tal fosse necessário, ao interesse e oportunidade daquele documento» (protocolo)

Na presença de membros de vários Órgãos Sociais centrais e regionais, de responsáveis de serviços da Sede e de outros sócios, e no gabinete da Direcção Central, após umas primeiras palavras do respectivo Presidente a historiar alguns dos passos que antecederam a elaboração do Regulamento do Centro e a nomeação do Conselho Directivo, e depois do 2.º Secretário ter procedido à leitura do «termo de abertura» do Livro de Actas e da sua primeira Acta, precisamente a da tomada de posse, assinaram-na o próprio Presidente, pela Direcção Central, e os três empossados.

Seguidamente, usando da palavra, diria o dr. Brum da Costa:

«Em meu nome e no dos meus colegas deste Conselho Directivo do

# REABILITAÇÃO — C

# ANUÁRIO DA ADFA

## Centro de Reabilitação

### — tomada de posse do Conselho Directivo

Tendo sido aprovado pela Direcção Central o Regulamento do Centro de Reabilitação da ADFA, tomou posse, como se disse na Nota de Abertura, no próprio dia do aniversário da Associação, o primeiro Conselho Directivo daquele organismo, integrado pelos sócios Alberto Brum da Costa, Martinho da Rocha Nunes e António dos Santos Carreiro, acontecimento a que ELO entendeu, em paralelo com a própria DC, dar o maior destaque, já que ele correspondeu ao colmar de importante lacuna organizativa e funcional, a qual mais fortemente se fez sentir a partir do momento em que se pensou na possibilidade da assinatura do protocolo como o Instituto do Emprego e Formação Profissional — IEFP — e com a CERCI-GAIA, situação essa, aliás, que está devidamente considerada no novo documento.

Por esta razão, mais uma vez, e dado que há que distribuir o espaço disponível pelas várias fontes de notícia, ELO tem que adiar a prometida, e já ralizada, reportagem sobre o Centro. Mas, conforme se disse em Abril, o acontecimento que neste mês aqui se regista, «*mais força dá, se tal fosse necessário, ao interesse e oportunidade daquele documento*» (protocolo)

Na presença de membros de vários Órgãos Sociais centrais e regionais, de responsáveis de serviços da Sede e de outros sócios, e no gabinete da Direcção Central, após umas primeiras palavras do respectivo Presidente a historiar alguns dos passos que antecederam a elaboração do Regulamento do Centro e a nomeação do Conselho Directivo, e depois do 2.º Secretário ter procedido à leitura do «*termo de abertura*» do Livro de Actas e da sua primeira Acta, precisamente a da tomada de posse, assinaram-na o próprio Presidente, pela Direcção Central, e os três empossados.

Seguidamente, usando da palavra, diria o dr. Brum da Costa:

«*Em meu nome e no dos meus colegas deste Conselho Directivo do*

*Centro, Carreiro e Martinho, leio esta breve mensagem, no momento em que assumimos o encargo duplo que a Associação nos confia:*

— primeiro, de presidir à actividade do Centro de Reabilitação da ADFA;

— segundo, de representar a ADFA na Comissão Coordenadora do Centro de Gaia, em conjunto com a CERCI-GAIA e o IEFP.

Relativamente à primeira tarefa, o testemunho é-nos passado pela Direcção da Delegação

de trabalho do Conselho Directivo;

— elaboração de um conjunto de objectivos a prosseguir a curto e médio prazo, tendo em conta o Estatuto do Centro agora aprovado, e a política da ADFA relevante para o efeito. Nesses objectivos estarão certamente incluídos alguns já em gestão ou negociação, de que destaco:

Protocolo de cooperação e prestação de serviços a diversas entidades nacionais e locais;

Participação em acções

sionais só são atraídos a participar se virem projectos tecnicamente válidos, uma organização idónea e possibilidades de carreira satisfatória.

Para tal, estamos certos de poder beneficiar do conselho, apoio, orientação e críticas, provenientes quer da Direcção da Delegação do Porto, quer da Direcção Central, quer da Comissão de Reabilitação da ADFA.

Seguidamente, fez uma curta intervenção o representante da Delegação do Porto, Bernardino Gui-



do Porto que, até à data, e desde 1987, dirigiu efectivamente o Centro, com a autonomia que lhe foi dada expressa e tacitamente pela Direcção Central.

Relembrando o esforço e dedicação dos antigos e actuais membros da Direcção e de outros sócios, a Delegação, no sentido de erguer e manter em funcionamento este organismo, muitas vezes em condições difíceis, nomeadamente quanto a instalações e pessoas, prosseguiria o orador:

«*Para desempenho a contento das responsabilidades que hoje nos são entregues, os membros do Conselho Directivo contam com esse triunfo importantíssimo e decisivo que é a esperada colaboração, a longo prazo, do dr. Jerónimo de Sousa, visto como alto conhecedor das teorias e técnicas de reabilitação de deficientes, e como gestor.*

Uma das nossas primeiras tarefas será a contratação do director, em dedicação exclusiva, tendo como pano de fundo a sua indigitação para o Centro de Gaia.

Entre essas tarefas iniciais contam-se também as seguintes:

— estabelecimento de

bilaterais ou multilaterais, com parceiros nacionais e internacionais.

Neste capítulo, estão a arrancar cinco projectos no âmbito dos programas comunitários «*HORIZON*» e «*TIDE*» que darão ao nosso Centro um destaque ainda maior.

A respeito da segunda vertente da acção do Conselho Directivo — ou seja a representação da ADFA na Comissão de Coordenação do Centro de Gaia, comprometemo-nos a desempenhá-la com a energia necessária a que a ADFA não sacrifique nenhum dos seus objectivos; de forma que todos os anseios dos sócios, a respeito do Centro da ADFA, sejam satisfeitos e, se possível, superados, no Centro de Gaia, e de maneira a manter o prestígio que a ADFA tem alcançado no exterior, nos últimos anos.

Os três elementos deste Conselho Directivo assumem este cargo na convicção de que, conforme foi consagrada nas reuniões entre as Direcções Central e do Porto, o mandato nos é entregue para trabalhar por período frutífero e em clima de estabilidade, indispensável a actividades que levam anos a consolidar-se, e em que os bons profis-

marães Correia, realçando a importância do momento, pelo qual tanto ansiava a respectiva Direcção, no reconhecimento do valor da reabilitação, processo no qual todos vão continuar a trabalhar empenhadamente.

Finalmente, e a encerrar este acto, voltou a falar o Presidente da DC, para agora, lembrando a data em que se estava, afirmar que o passo dado era apenas mais um entre os de uma luta por direitos morais e materiais iniciada, 17 anos antes, por alguns dos sócios que se encontravam presentes, e consubstanciada, mais particularmente, no trabalho realizado, na região Norte, desde 1976.

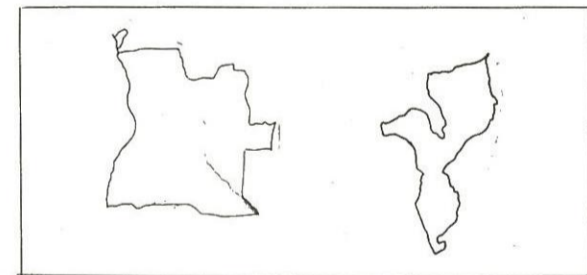
Dizendo que o prestígio alcançado pela ADFA, neste caso, na área específica da reabilitação e através do Centro do Porto, prova que a Associação não está a trabalhar só para si e demonstra a necessidade de o deficiente participar activamente na política própria do sector, José Arruda, para terminar, e antes de desejar o melhor trabalho e garantir total apoio da DC ao Conselho Directivo empossado, realçou a grande responsabilidade assumida e a necessidade da maior participação de todos.



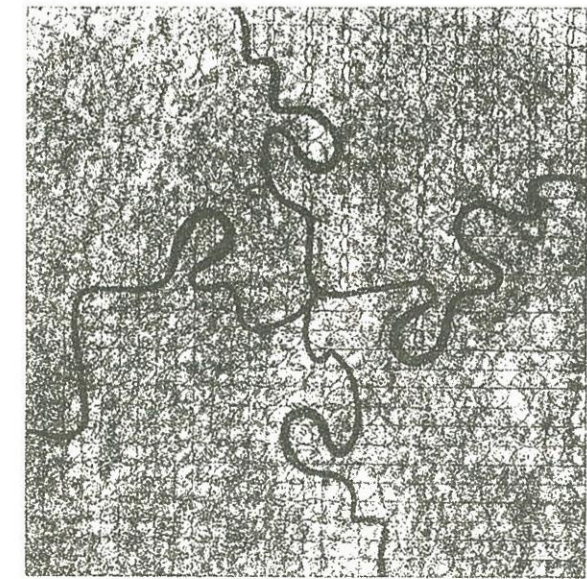
## ADFA SAÚDA PAZ EM ANGOLA

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda, congratulando-se, a entrada em vigor, às 24 horas do dia 14 de Maio corrente, do cessar-fogo em Angola e a assinatura, no próximo dia 31, no nosso país, também já escolhido para as longas e profícuas conversações que a antecederam, dos acordos que permitirão àquele país irmão o encontro com a paz, a democracia e o progresso.

Após 30 anos de guerra e sofrimento, auguramos para todo o povo angolano um futuro de plena concórdia e fraternidade, e que os agora já «*antigos combatentes*» das partes em litígio, também eles, possam ultrapassar divergências e sequelas, desbravando de mãos dadas, tal como nos ensinou ser possível a realidade que constitui a União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, «*novos caminhos*» de tolerância e solidariedade.



A ADFA, nesta ocasião, não pode deixar, por outro lado, de manifestar o seu anseio para que igual abraço entre irmãos seja trocado, brevemente, em Moçambique, por aqueles que, hoje ainda beligerantes, hão-de converter-se em fermento uno de transformação daquele martirizado país do Índico, a que nos liga, também, a irmandade da língua, da cultura e dos sentimentos.





# Nós com os outros

Afinal, mais cedo do que supunhamos, vamos publicar a anunciada entrevista feita pelo nosso associado Carlos Fanado, já que, sendo a um «outro» que fala de «nós», poderá ocupar todo o espaço que, normalmente, dedicaríamos, complementarmente, a mais de uma conversa.

Deixamos-vos, portanto, com...

## Frauke Maltush: a história em português

Surge finalmente ao fundo do corredor!

É sexta-feira, o dia prometido de há muito. Acabou o dia de trabalho, é o começo bem merecido de mais um fim-de-semana.

### FRAUKE MALTUSCH!

Nunca a tivera tão disposta a falar de si.

Ali, mesmo na minha frente, despida da autoridade profissional que lhe é conhecida, nua de artificios, estava a mulher que confundimos com reabilitação.

Sentada numa mesa metodicamente arrumada, predisposta a conceder-me algo do que considera de muito importante, o tempo, olha-me como quem goza o prazer de uma harmonia espiritual e pergunta-me esboçando um sorriso: «Vai mesmo publicar o que lhe vou dizer?».

Coloco o gravador em cima da mesa. Maltusch comenta em tom maternal, quase saboreando as palavras: «Mas que ideia! Vocês já sabem tudo a cerca de mim!».

De uma mulher nunca se sabe tudo, muito menos de quem carrega tantos anos de convívio com Portugueses, que são o testemunho vivo de um dos momentos mais tristes da nossa História: a Guerra Colonial.

Talvez por isso, ou porque somos parte dessa História, carrego no «REC» e o diálogo começa.

### CARLOS FANADO (CF)

— Alemanha, Finlândia, França, Portugal... são países que eu sei que ama. Afinal em qual deles nasceu?

### FRAUKE MALTUSCH (FM)

— Bem, nós só podemos nascer num e eu nasci no mais bonito: na Finlândia. Nasci mesmo na capital, em Helsínquia.

CF — Então foi na Finlândia que passou toda a sua juventude?

FM — Sim. Foi uma juventude igual à de tantas outras crianças que nascem num país tão bonito como o meu, caracterizado por duas cores calmas: o verde no Verão e o branco no Inverno.

CF — Fez todos os estudos em Helsínquia?

FM — Com certeza! Tirei a escola primária, o liceu e a faculdade. Licenciou-me em Línguas Estrangeiras e Economia.

CF — Mas esses cursos pouco ou nada têm de comum com a actividade que exerce: a Fisioterapia.

FM — Tem razão. Nem sempre fazemos aquilo que projectamos. A mudança é natural e o ser humano não foge a essa regra. Também eu fui apanhada nas redes dessa certeza.

CF — Poderei concluir que quando era criança tinha sonhos diferentes?

FM — Pode mesmo. Em jovem, o meu grande sonho era estudar arquitectura e especializar-me em decoração de interiores. Sempre admirei as artes. Ainda hoje sinto uma grande paixão pelas actividades artísticas. Sabe, a arte encerra poesia, sentimento, e um encanto tão profundo que envolve cada ser humano que se proponha compreendê-la.

CF — Afinal o caminho foi outro!

FM — Na verdade foi mesmo. A minha família teve muita influência nessa atitude de mudança. Após a conclusão dos estudos no liceu, pensaram que seria bom que eu tirasse um curso que me oferecesse segurança económica.

CF — Pelas suas palavras, deduzo que nesse tempo as artes eram consideradas actividades que deveriam ser exercidas por sonhadores. Não ofereciam estabilidade financeira?

FM — Como todas as profissões liberais, embora umas mais do que outras, a Arquitectura de Interiores não era muito segura em termos de emprego. A orientação familiar foi sempre no sentido de que cursasse Línguas ou Economia e foi o que aconteceu.

CF — Optou então por não os contrariar?

FM — Bem, eu era muito jovem. O meu querer dificilmente se impunha. Acabei o liceu com 18 anos e, naquele tempo, bem sabe, a opinião da família é que tinha peso na decisão.

CF — Vejo agora que foi mesmo um acidente de percurso na vida da senhora Maltusch tornar-se fisioterapeuta.

FM — Sem dúvida que foi. Quando vim para a Alemanha ainda pensei em estudar Medicina. Tentei, mas perdi de imediato a vontade, pois teria de fazer muitos outros exames, dado não me darem a equivalência de disciplinas tiradas na Finlândia.

CF — Foi então que surgiu a ideia de cursar Fisioterapia?

FM — Depois de pensar muito, escolhi um curso que me agradasse e permitisse arranjar emprego facilmente. A Fisioterapia reunia essas duas virtudes e, olhe, cá estou!

CF — Bem, mas ainda não explicou como é que veio para a Alemanha.

FM — Eu tenho muita família por parte do meu pai que vive aqui há muitos anos. Um tio meu foi bispo. Sempre me senti muito ligada a este país por laços familiares.

CF — Não se sente dividida entre a Finlândia e a Alemanha?

FM — Não, não sinto, embora tenha saudades da minha terra natal, onde vive grande parte da minha família e dos meus amigos. Vou lá sempre que posso. Mas vou confessar-lhe um segredo: também tenho saudades de Portugal, pois tenho lá bons amigos.

CF — Parece-me, afinal, que não tem o seu coração em nenhum país em exclusivo.

FM — Ele está onde estiver a amizade e a fraternidade. Como estamos na construção da Europa Unida, já estou a dar o exemplo de como deve ser o coração de cada didadão de uma Euro-

DFAs. Mas, afinal, porque recorda tão bem esse deficiente?

FM — Há sempre alguém que nunca esquecemos. O Sr. Pamplona marcou-me pela sua simpatia e muito boa moral.

CF — Qual era a sua deficiência?

FM — Perdeu as duas pernas abaixo do joelho. Recordo ainda, que os primeiros tempos foram muito difíceis para ele.

CF — Poderá falar do seu trabalho com esse deficiente, que afinal foi o começo de uma carreira profissional, que todos consideramos exemplar?



pa que se quer sem fronteiras.

### ...Todos vocês eram feridos numa altura da vida muito importante...

CF — Vamos voltar um pouco atrás e falar da Fisioterapia. Após a conclusão do curso, começou de imediato a trabalhar?

FM — Sim, comecei no Hospital Universitário de Eppendorf, aqui em Hamburgo. Ainda hoje dou lá aulas.

CF — Então, só mais tarde é que veio trabalhar para o Bundeswehrkrankenhaust?

FM — Comecei a trabalhar aqui em 1966, portanto há 25 anos.

CF — E o seu trabalho começou com Portugueses?

FM — Foi isso mesmo. Sabe, antes de começar a trabalhar neste hospital, a reabilitação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas (DFA's) era feito num outro hospital, também em Hamburgo, que se chama Hospital de Boberg. É um hospital civil e penso que essa situação se manteve durante dois anos.

CF — Não me parece que fosse muito cómodo para os DFAs...

FM — Também penso assim. Foi um período um pouco complicado, pois não existia a organização que hoje temos.

CF — Consegue ainda recordar os primeiros doentes portugueses que tratou?

FM — Mas claro! Recordo perfeitamente. Um deles foi o Sr. Pamplona. Conhece?

CF — Não, não conheço pessoalmente, mas é um nome conhecido entre os

FM — Não, não é bem assim. Eu só tenho cumprido o meu dever e tenho-o feito com muita alegria e felicidade.

Quando ao Sr. Pamplona, foi uma pessoa extraordinária, que trabalhou muito e muito bem. Eu não faço tudo, somente ensino e ajudo! No final da sua estadia, andava perfeitamente com as próteses, parecia mesmo que não tinha qualquer aparelho. Relembro, que quando regressou a Portugal, foi receber uma medalha, pois era uma pessoa condecorada pelo vosso Governo. Nessa cerimónia, andou sozinho, muito bem, sem qualquer apoio. Todos ficaram muito admirados.

CF — Mas a senhora Maltusch falou há pouco que o Sr. Pamplona teve dificuldades.

FM — Ele teve as dificuldades habituais de qualquer pessoa que perde algo de tão importante como são os membros. Evidentemente, que é uma situação que, obrigatoriamente, cria problemas, não só físicos como psicológicos. Estes últimos foram sempre os mais sérios, muito em especial nos primeiros tempos da deficiência.

CF — Então, o Sr. Pamplona não aceitou a deficiência?

FM — A situação não poderá ser avaliada de forma tão simplista. Penso que é mais profunda, não se situa só no aceitar ou não aceitar. Se fosse assim, a reabilitação seria fácil. As reacções não são iguais em cada homem. No entanto, há sempre uma coisa em comum em cada um que se deficiente: a tristeza de perder, irremedia-

velmente, uma parte de si próprio. Essa tristeza marca de forma diferente cada um de vocês. Por isso as sequelas psicológicas também originam reacções diferenciadas e, quase sempre, necessitam de um tratamento dirigido a cada situação.

CF — Nessa altura já falava português?

FM — Sim, o suficiente. Tinha estudado na Universidade de Lisboa, onde cursei História de Portugal. Fiz algumas excursões com professores a locais históricos, como Évora e Coimbra. Ainda hoje gosto muito de Coimbra e não perdi a esperança de voltar lá para estu-

os nervos encontravam-se em muito mau estado. As guerras sempre deixam sequelas no espírito que muitas vezes são irreparáveis.

Depois, vinham para um país que não conheciam, longe da família e dos amigos. Ficavam aqui muito tempo, isolados e sem falar a língua. Esses primeiros tempos foram tão difíceis...

CF — Mas os doentes não saíam do hospital?

FM — Por vezes saíam. Organizavam-se excursões ao porto de Hamburgo, a museus, à cidade de Lübeck e outros locais de interesse. Algumas vezes fomos a minha casa, onde comíamos e falávamos. Aconteceu serem os portugueses a fazer a comida. Era um bom convívio. Eu sempre tentei oferecer outras situações de interesse, fora do trabalho do hospital.

### ... Como professora dele, tive de mostrar confiança, que admirava as suas habilidades...

CF — Todo esse contacto com os DFAs originou naturalmente amizades. A amizade é um sentimento que nos une. É por isso que sempre que pode vai a Portugal?

FM — Eu sou uma apaixonada pelo vosso País. Tenho lá muitos e bons amigos. Interesse-me muito pela vossa cultura, pois é uma das maneiras de poder ajudar os deficientes que aqui vêm. Eu vou muitas vezes a Portugal, sinto-me bem a viver no seio de um Povo que é muito simpático e acolhedor. Depois é um País que ainda não está estragado por aquilo a que chamam «desenvolvimento industrial».

CF — Com tantos anos de contacto com DFAs, deve ter muitas e variadas histórias para contar. Quer relatar alguma?

FM — Quer ouvir uma, que hoje acho muita graça, mas na altura tive verdadeiramente medo?

CF — Conte, conte.

FM — Como já referi, o Sr. Lavouras Lopes, depois de tratado, já com as próteses, regressou a Portugal.

Passado algum tempo, fui a Lisboa e o Sr. Lavouras, com a simpatia que lhe é reconhecida, recebeu-me e acompanhou-me a muitos locais da cidade que eu não conhecia muito bem.

O único problema, para mim e não para ele, é que ele tinha comprado um carro. Evidentemente, que era de carro que íamos a todos os locais! Um dos locais onde me levou foi ao Castelo de S. Jorge. Ele que me desculpe, mas eu tive tanto medo! O local era muito sinuoso, as ruas muito estreitas, o trânsito imenso, enfim, tudo me metia medo.

CF — Não seria falta de confiança no aluno?

FM — Sinceramente que não! Até porque conheço bem o Sr. Lavouras e sei o quanto ele ama a vida. Também sabia que tinha treinado muito para poder conduzir. Mas, andava tão depressa naquelas ruas estreitas e com

# Nós com os outros

→ tanto trágico, que eu tive medo.

**CF** — Bem, naturalmente que queria mostrar os resultados da reabilitação à professora...

**FM** — Talvez fosse mesmo isso! Ele, quando conduzia, dizia-me para não ter medo, para estar calma. Claro que, como professora dele, tive de mostrar confiança, que admirava as suas habilidades, mas volto a afirmar que cá dentro de mim ia mesmo muito medo. Mas o Sr. Lavouras mostrava-se tão contente...

**CF** — Na sua opinião, a idade em que éramos feridos interferia com esses traumas psicológicos?

**FM** — Não tenho dúvidas que sim. Todos vocês eram feridos numa altura da vida muito importante: a juventude. É a idade dos sonhos, em que se têm muitos planos e em que se vive a vida com mais intensidade e emoção.

### ... Com as próteses também poderiam vencer, pois o Homem não é só os membros...

**CF** — Não quer ilustrar esta entrevista com mais nenhum caso que considere de certa forma relevante?

**FM** — Posso falar-lhe do Sr. Lavouras Lopes e da primeira vez que veio cá. Sei que é uma pessoa muito conhecida na vossa Associação, um dos que muito lutou pela sua existência.

**CF** — É verdade. O Lavouras Lopes é um homem que todos conhecem e a quem a Associação muito deve.

**FM** — Pois é! Ele, quando cá chegou, não imagina os problemas que interiorizava. Havia sido ferido há pouco tempo, tinha perdido os dois braços e um olho. O estado de espírito estava muito mal. No princípio foi mesmo muito difícil. Com o tempo e muito trabalho, conseguiu uma recuperação ótima. Ele trabalhou muito e muito bem e sempre cooperou comigo no trabalho que desenvolvi para a sua máxima reabilitação.

**CF** — Sempre existiu essa cooperação por parte dos DFAs?

**FM** — Nem sempre. Alguns pensavam que eu deveria fazer tudo, que os punha a andar sem que fizessem qualquer esforço. Houve casos, felizmente poucos, muito difíceis. Normalmente, eram indivíduos em que a componente psíquica estava afectada fortemente, não só motivado pela deficiência mas também por problemas de natureza familiar.

**CF** — Como resolvia esses casos? Mandava-os regressar a Portugal?

**FM** — Claro que não! Eram pessoas que necessitavam de muita compreensão. Através do diálogo, tentava fazê-los compreender que não deveriam chorar o que já não tinham e que existia toda uma vida à sua frente. Com próteses também poderiam vencer, pois o Homem não é só os membros. Para isso, teriam de trabalhar, de tratar o espírito e o corpo.

Falava-lhes da vida, do amor, das pessoas que os amavam.

**CF** — Acaba de me falar de um deficiente recuperado e que até fazia habilidades. Quer lembrar algum que não conseguiu recuperar?

**FM** — A essa pergunta posso responder que por vezes tive dificuldades. Normalmente, recuperavam, em mais ou menos tempo. Havia, no entanto, quem não colaborasse. Gostavam de fazer todo o trabalho com calma, sem esforço e bem sabe que dessa forma os resultados não podem ser positivos.

Por este hospital já passaram cerca de 8000 deficientes. Desses, uma pequena percentagem foi difícil. Habitualmente, eram indivíduos com o sistema nervoso muito doente.

Recordo um, que prefiro não referir o nome, que perdeu as duas pernas e na primeira vez que cá veio, os resultados foram francamente insuficientes. Uns anos mais tarde voltou, e os resultados com o trabalho de reabilitação foram muito bons, pois o sistema nervoso estava muito melhor.

**CF** — Depois de tantos anos de contacto com o povo português, sei que nos conhece bem e tem ideias muito precisas acerca desse povo. Considerando os defeitos e as virtudes, como nos define?

**FM** — Bem, eu já atrás falei um pouco sobre esse tema. Posso confirmar que é um Povo muito simpático e hospitaleiro. É sensível e temperamental, mas com uma alma muito nobre. Penso que o Fado diz tudo acerca de vocês. Eu gosto muito de ler escritores portugueses, pois os seus livros reflectem isso mesmo e ajudam-me a compreender-vos.

**CF** — Quais os escritores que mais gosta?

**FM** — Gosto imenso do Eça de Queiroz. Explica muito bem como vocês são, e escreve de uma forma simples mas profunda. Admiro igualmente o poeta António Aleixo. Tinha uma alma de grande português e com muita sensibilidade para os problemas sociais.

**CF** — Só falou das coisas boas. Então e as outras?

**FM** — Penso que é do que consideramos bom que devemos falar em primeiro lugar! Mas, escute, um dos defeitos que encontro no Povo português é a sua grande dificuldade em trabalhar em conjunto, isto é, em grupo. A unidade é muito importante. Logicamente que isso não implica que pensemos todos da mesma maneira, mas há áreas em que os resultados positivos só se alcançam se todos se empenharem em orientar o esforço colectivo no mesmo sentido.

**CF** — É, portanto, defensora de que a força vem da união?

**FM** — Sem dúvida! De vez em quando devemos pôr as nossas próprias ideias de lado, trabalharmos em conjunto. Com os portugueses, por vezes isso é difícil.

### ...Se na vossa sociedade existe alguma coisa que está mal, acreditem que não são vocês, mas a própria sociedade...

**CF** — Sei que recupera deficientes de guerra e deficientes civis. Considera que existem diferenças entre eles?

**FM** — Com certeza que se tem apercebido que muitas vezes misturo os dois grupos. Um deficiente de guerra tem, habitualmente, outro tipo de problemas que um deficiente civil não tem, isto considerando os que se deficientam em teatro de guerras e todas as outras situações. O deficiente de guerra é portador de um estado mais precário do sistema nervoso, o que não vou agora aqui pormenorizar. Posso, no entanto, afirmar que há algo em comum aos dois grupos: o choque de perderem «qualquer coisa» de muito importante, a incerteza do seu futuro e, muitas vezes, o medo de enfrentarem a sociedade numa situação física diferente.

**CF** — Acha que os DFAs que cá estiveram e que agora voltam em tratamento têm o sistema nervoso melhor?

**FM** — Sem dúvida! Já estabilizaram, aprenderam a viver com a deficiência e muitos têm a sua família. Passaram muitos anos. O ser humano adapta-se a novas situações. Só os que não estabilizaram, como, por exemplo, não conseguiram arranjar emprego, não formaram família estável, continuam a apresentar algumas dificuldades.

**CF** — Tive conhecimento de que tem um livro pronto sobre a sua longa experiência com deficientes, em especial deficientes que estiveram sujeitos ao stress de guerra. Poderá, penso que em primeira mão para um jornal português, dar algumas pistas sobre o seu conteúdo?

**FM** — O livro está escrito, mas ainda não foi editado. Eu pretendo explicar o trabalho que se deverá desempenhar com pessoas deficientes, mas muito em particular com as que perderam membros. O objectivo final desse trabalho pretende que o deficiente possa voltar a usufruir de uma vida normal, com a máxima independência e bem-estar. É ilustrado com muitas fotografias, devidamente anotadas com explicações, as quais considero muito importantes, pois permitem uma correcta compreensão da mensagem. Estudei, apliquei e desenvolvi técnicas diferentes das que são, normalmente, utilizadas em situações idênticas.

**CF** — Mas, afinal, em que é que consiste, no essencial, essas técnicas?

**FM** — Bem, agrupam princípios fundamentais de um trabalho muito profundo com o doente, tendo em consideração o estado do seu espírito e do seu corpo.

O corpo é um todo, dever-se-á considerar o seu conjunto e nunca só a parte que foi afectada. Este tratamen-

to deverá anteceder a colocação das próteses e a consequente aprendizagem da marcha ou trabalho de braços. É importante que o deficiente conheça cada parte do seu corpo, o seu funcionamento e saiba respirar. Talvez considere estranho, mas garanto-lhe que a maior parte das pessoas não sabe respirar correctamente e também não sabe usar uma postura física adequada à sua posição vertical. Todo este tratamento, como já foi dito, é coadjuvado com o tratamento da parte psíquica.

**CF** — Há muito que estuda, desenvolve e aplica estas técnicas?

**FM** — Sim, há alguns anos. Este livro é o resultado de um longo e metódico trabalho de investigação e da sua aplicação prática em quase todo o tipo de deficiência. Penso que vale a pena «pôr na mesa» a conclusão de todo esse trabalho e lançá-lo à consideração de todos quantos trabalham nesta área. Esse será o meu pequeno contributo para que matérias tão importantes como as que estão ligadas à reabilitação mereçam uma profunda reflexão por parte de todos os responsáveis.

**CF** — Já sabe quando será editado?

**FM** — Ainda não sei.

**CF** — Gostaria que o livro fosse editado também em Portugal?

**FM** — Muito, mesmo muito! Também que o fosse nos países de língua oficial portuguesa. É um livro que não tem muitas dificuldades de tradução, e penso que na vossa Associação há pessoas que o poderão fazer, pois falam Alemão.

**CF** — Qual o universo a que se destina esse livro?

**FM** — Para todas as pessoas, pois tem exercícios e conselhos para toda a gente. Evidentemente que tem partes científicas que são orientadas aos médicos, fisioterapeutas, psicólogos, sociólogos, isto é, ao mundo que trabalha com deficientes.

**CF** — No caso específico dos amputados, essas técnicas são orientadas só para os que colocam a primeira prótese?

**FM** — Mas de maneira nenhuma! O trabalho com um amputado tem de continuar pela vida fora. Deverá aprender a corrigir a marcha, a postura física, a andar de forma a não ter problemas na coluna, rins, cabeça, circulatórios, etc. Normalmente, os amputados criam hábitos de marcha que poderão trazer-lhes problemas de saúde graves, se não se submeterem a inspecções periódicas.

Todo este tratamento é explicado e ilustrado com fotografias, que penso valerá a pena estudar e aplicar.

**CF** — Sr. Maltush, considera positivo para os DFA's a sua vinda a Hamburgo?

**FM** — Não sei. É difícil responder a essa pergunta.

**CF** — Como sei que conhece o trabalho que se desenvolve em Portugal com os DFA's, gostaria de saber a sua opinião.

**FM** — Eu sei que o trabalho aqui é muito bom, desenvolveram-se boas condições. Você mesmo tem a experiência disso, pois quando cá chegou vinha muito mal e em cadeira de rodas. Hoje considero-o reabilitado.

Neste hospital esforçamo-nos por fazer o melhor possível e penso que em Portugal acontece o mesmo. Eu conheço alguns centros em Portugal onde se trabalha bem.

**CF** — Gostaria que opinasse sobre o aspecto meramente de reabilitação.

**FM** — A reabilitação, ou recuperação, como lhe quiserem chamar, é um todo. Aqui recebem tudo quanto precisam no aspecto técnico/profissional e sei que são muito bem tratados, caso contrário não voltariam cá. Sabe bem que há um trabalho de equipa, que agrupa médicos, enfermeiros, técnicos de reabilitação, massagistas, técnicos de prótese, etc., cuja finalidade é o máximo de recuperação do doente. Todo o nosso esforço é orientado nesse sentido e sempre estamos disponíveis para a resolução dos problemas dos doentes.

**CF** — Como estamos quase a chegar ao fim desta conversa, quer deixar alguma mensagem para os DFAs?

**FM** — Bem, muito sinceramente, espero que tudo quanto aqui aprenderam te-

nha sido útil na vossa vida e contribuído para que se sintam mais felizes.

Espero, também, que muitos deles tenham vencido as barreiras que a sociedade lhes criou, perdendo os complexos da deficiência e tenham usufruído desse extraordinário sol nas bonitas praias que possuem.

Vocês foram vítimas de uma guerra e a sociedade deve ter conhecimento dos seus resultados. Se na vossa sociedade existe alguma coisa que está mal, acreditem que não são vocês, mas essa mesma sociedade.

**CF** — Sabe que a ADFA tem encontros com as suas antigas colónias beligerantes? Qual é a sua opinião?

**FM** — Considero muito positivo e demonstra o grande coração que vocês têm. É muito bom que, agora, se possam encontrar e trocar opiniões, numa situação de igualdade. Esses países têm muitos e graves problemas e, considero que vocês, DFAs, têm um papel muito importante a desempenhar na consolidação das relações de amizade com esses povos. Afinal, têm muito em comum: falam a mesma língua e estão unidos pela História.

**CF** — Senhora Maltush, vamos tê-la aqui por mais uns anos?

**FM** — Não sei. Ainda não sei!

**Carlos Fanado**  
Sócio n.º 276

## Viaturas RENAULT

Preço nas cores opacas  
EM VIGOR A PARTIR DE 91.03.11

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 - 3 p	969 405\$00	1 343 447\$00
Renault Clio RL 1.1 - 5 p	1 023 470\$00	1 406 703\$00
Renault Clio RN 1.2 - 3 p	1 082 987\$00	1 507 296\$00
Renault Clio RN 1.2 - 5 p	1 137 931\$00	1 571 589\$00
Renault Clio RT 1.2 - 3 p	1 215 583\$00	1 662 433\$00
Renault Clio RT 1.2 - 5 p	1 269 514\$00	1 725 532\$00
Renault Clio RT 1.4 - 3 p	1 291 503\$00	1 910 473\$00
Renault Clio RT 1.4 - 5 p	1 346 447\$00	1 974 758\$00
Renault 19 TR - 5 p	1 371 697\$00	1 882 784\$00
Renault 19 GTS - 5 p	1 458 539\$00	2 111 170\$00
Renault 19 TSE - 5 p	1 677 943\$00	2 367 873\$00
Renault Chamade TR	1 385 277\$00	1 898 672\$00
Renault Chamade GTS	1 487 377\$00	2 144 911\$00
Renault Chamade TSE	1 711 176\$00	2 406 756\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 791 955\$00	2 507 287\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 791 955\$00	2 507 287\$00
Renault 4 GTL	907 233\$00	1 270 705\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 257 610\$00	1 689 422\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 355 489\$00	1 803 940\$00

### Viaturas equipadas com caixa de velocidades automática

Renault 19 GTS - 5 p	1 639 660\$00	2 323 082\$00
Renault 19 TSE - 5 p	1 859 928\$00	2 580 795\$00

Renault Clio 1.4 com caixa automática e direcção assistida, fabricação prevista para Maio de 1991.

Transferência + Transporte:

Renault 4	17 480\$00
Renault Clio	17 480\$00
Renault 19	21 980\$00
Renault Chamade	21 980\$00
Renault 21	21 980\$00
Renault Express	24 450\$00

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 18 308\$00 e 29 475\$00.

Transferência + Transportes = Renault Clio — 12.500\$00; Renault 19 — 17.500\$00; Renault 21 — 20.885\$00; Renault 19 «CHAMADE» — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

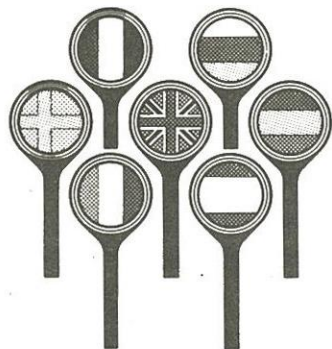
VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tele: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.



## EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.  
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?  
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

*...e tudo se transforma*



**CARRO DO ANO 1991**



**RENAULT**

*Ao Ritmo da Vida*

### CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)  
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58  
1900 LISBOA  
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14  
1700 LISBOA  
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA  
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

# NOVA SEDE

## PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Avançam já no seu ritmo normal, após a pequena paragem resultante da chegada ao fim da sua primeira fase, as obras da segunda fase de construção do edifício — Sede Nacional da ADFA —, as quais, para quem passe mais descuidadamente pelo local, podem não ser tão evidentes, e mesmo «espectaculares», como as anteriores, já que, com a estrutura completa, se está agora, como dizer, a colocar os músculos, a carne, as veias e artérias que possibilitarão dar vida ao esqueleto.

Bom, dirão alguns, eis uma comparação demasiado «figurativa». Não o será, talvez, se nos deixarem prosseguir o nosso raciocínio. É que, não bastará tudo isto, para que tal corpo funcione. Faltar-lhe-ão órgãos essenciais para que do potencial se passe ao concreto, ao real e ao prático. Falamos de olhos, de ouvidos, de mãos, de boca e de muitos outros elementos; falamos de mesas, cadeiras, secretárias, de telefones, de máquinas de escrever, de estantes e arquivos, de armários e ficheiros, de computadores e de tachos, panelas, garfos, facas e colheres, de copos e pratos, etc., para só mencionar o essencial, já que o «vestir», a decoração, também faz parte da «personalidade», mais ou menos dinâmica, de todo e de cada um. **E nós queremos uma ADFA bem forte e activa!**

Eis, pois, o objectivo do nosso pensamento: se o esqueleto, o corpo imóvel, está garantido pelos apoios oficiais — e apaz-nos informar aqui de um primeiro subsídio do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no valor de dez mil contos —, tudo o resto teremos nós — ADFA, massa associativa e amigos — que o conseguir. E podemos calcular tais custos...

Há, pois, que reforçar a nossa campanha, dar-lhe uma outra dimensão e dinâmica. Muitos são os sócios que ainda não contribuíram (o que contrasta com alguns que já deram muito!). Os Açores, por exemplo? Nem um donativo. Porquê? Embora se fale muito de descentralização, sabemos que é por Lisboa que passam as mais importantes conversações e decisões e soluções oficiais, onde se encontram não só as estruturas do Poder como as grandes infra-estruturas de assistência e apoio, muitas das quais se compreende que estejam agrupadas, não dispersando serviços, permitindo maior economia de meios e facilitando reuniões nacionais e internacionais. Julgamos que a ADFA se encontra nesta situação, sem que isso implique enfraquecimento dos órgãos regionais e locais, antes pelo contrário. O fortalecimento e maior dinamismo das Delegações e, especialmente dos Núcleos, é garante e suporte do trabalho da Sede, a qual, assim engrandecida e dispondo de mais meios, poderá, em contrapartida, prestar muito melhor atenção e apoio às iniciativas daquelas estruturas associativas. Uma ADFA cada vez mais forte passa, cremos, por uma Sede material e humanamente mais rica e capaz de corresponder aos desafios do nosso tempo e das nossas necessidades, de ser espelho dos nossos direitos e da nossa dignidade.

**Transporte (ABR91) ..... 7 288 982\$00**

### Sócios

N.º	NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>		
5 495	Horácio A.C.Ferreira .....	20 000\$00
10 099	Adelino M. Duarte .....	10 000\$00
6 109	Zulmiro N. Pedro .....	10 000\$00
1 987	Carlos A.A. Raimundo .....	10 000\$00
3 075	António A. Figueiredo .....	10 000\$00
1 710	António A.R. Ferraz .....	10 000\$00
112	Virgolino J. Gomes .....	10 000\$00
3 185	Joaquim S. V. Alves .....	10 000\$00
10 000	José I. Santos .....	10 000\$00
9 943	João J.B. Martins .....	10 000\$00
6 016	Manuel J. Martins .....	5 000\$00
5 997	Adelino J.M. Barros .....	4 325\$00
8 405	Jerónimo S. Veiga .....	2 000\$00
2 686	José A.M. Santos .....	2 000\$00
3 082	Manuel C. Santos .....	5 000\$00
8 243	Sérgio A. Rodrigues .....	2 000\$00
12 411	António J.D. Pereira .....	1 000\$00
4 116	Boi Colubali .....	7 000\$00
1 057	José A. Salazar .....	5 000\$00
11 337	José A.C.P. Pena .....	5 000\$00
7 832	Pedro S. Chaves .....	5 000\$00
11 340	Gabriel A. Dias .....	1 000\$00
217	José F.F. Vieira .....	5 000\$00

12 063	Armando T. Figueiredo .....	1 000\$00
2 508	António S. Ferreira .....	5 000\$00
<i>(Bragança)</i>		
3 126	Manuel A.R. Azevedo .....	1 000\$00
<i>(Castelo Branco)</i>		
3 463	Augusto Lourenço .....	1 000\$00
4 561	Guilherme M. Delgado .....	5 000\$00
8 308	António C. Tomé .....	1 000\$00
8 462	João P. Gonçalves .....	5 000\$00
8 794	António G. Alves .....	1 000\$00
10 231	José E. Gil .....	2 000\$00
1 966	Narciso R. Frango .....	2 300\$00
<i>(Évora)</i>		
3 001	Luís M.C. Figueira .....	2 300\$00
11 164	Fernando C.M. Cabecinha .....	1 000\$00
232	Vítor M.B. Nunes .....	10 000\$00
<i>(Faro)</i>		
3 861	António M.N. Mendes .....	2 300\$00
8 770	Hipólito C. Augusto .....	2 000\$00
10 212	Inácio P. Gomes .....	10 000\$00
10 649	António G. Guerreiro .....	10 000\$00
9 490	Joaquim R. Martins .....	5 000\$00
2 008	José M.V. Simão .....	2 300\$00
<i>(Porto)</i>		
2 241	Manuel L.S. Neves .....	1 100\$00
7 295	António T. Roxo .....	1 000\$00
12 283	Maria da Nazaré .....	5 000\$00
12 315	Manuel J.N. Oliveira .....	10 000\$00
1 642	Fernando F. Oliveira .....	20 000\$00
4 642	Silvério O.C. Saranando .....	300\$00
8 712	António F. Santos .....	5 000\$00
6 120	Joaquim A. F. Peixoto .....	5 000\$00
3 510	António C. Pereira .....	1 000\$00
2 865	José A. Pinto .....	10 000\$00
3 415	Augusto C. Leite .....	10 000\$00
4 077	Joaquim S. Sousa .....	5 000\$00
<i>(Setúbal)</i>		
9 716	Ido F. Graça .....	2 000\$00
8 317	José M.P. Dâmaso .....	10 000\$00
6 001	Albertino S. Lopes .....	1 000\$00
9 028	Rui M.S. Bizarro .....	2 000\$00
9 732	António C.S. Botas .....	2 000\$00
8 442	António P. Salgado .....	5 000\$00
11 333	José A.R. Silva .....	5 000\$00
<i>(Vila Nova de Famalicão)</i>		
3 939	José H.C. Dantas .....	10 000\$00
9 294	António P. Gonçalves .....	7 875\$00

### Não Sócios

NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>	
Alberto G. Fernandes .....	2 000\$00
Centro Médico-Cirúrgico .....	25 000\$00
<b>A Transportar (MAI91) .....</b>	<b>7 662 782\$00</b>

## PONTO DE ENCONTRO

Este mês dois «Pontos de Encontro», para o primeiro dos quais chamamos uma particular atenção, dado que ELO tem dedicado carinho especial ao assunto. **★ Em apoio à campanha «EMERGÊNCIA MOÇAMBIQUE», da UNICEF (ELO de OUT/90 e JAN/91), um grupo de residentes em Santo António dos Cavaleiros (Loures) leva a efeito, no dia 1 de Junho, uma entusiástica iniciativa que consta do seguinte programa:**

14H30 — «baile das chitas», no salão paroquial de St. António dos Cavaleiros, com actuação do grupo «Danças Ciganas» e o musical brasileiro «Boni», além de lanche para as crianças (recorde-se que 1 de Junho é Dia Mundial da Criança);

18H30 — missa, na Igreja de St.º António dos Cavaleiros;

22H30 — baile, no Pavilhão «Paz e Amiza-

de», em Loures, abrigado por excelentes conjuntos e com inúmeras variedades, apresentadas por Carlos Cruz e Ausenda Maria.

Se puder ir, não falte! Será talvez difícil ter bilhete, mas se disser que é sócio da ADFA e leitor do ELO, quem sabe... Não prometemos nada, no entanto. Tente. É por boa causa, garantimos.

Pode ter mais informações em vários locais, entre eles a Loja 77 do Centro Comercial da Cidade Nova, Café Rosa, no mesmo centro, e Pastelaria Sarita, no Centro Comercial de St.º António dos Cavaleiros.

★ No dia 2 de Junho, o pessoal que constituiu a **Bateria de Artilharia 147 (Angola 61/63)** comemora o 30.º aniversário da sua partida para Luanda, com um almoço no RALIS, podendo as inscrições ser feitas pelo tel. (01) 78 10 91.

## Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
<b>CORSA</b>		
SW 1.0S 3P	947 784\$00	1 282 589\$00
SW 1.2NV 3P	1 030 484\$00	1 437 300\$00
SW 1.2NV 4P	1 098 884\$00	1 557 329\$00
SW 1.2NV 5P	1 078 684\$00	1 533 695\$00
GL 1.2NV 3P	1 110 848\$00	1 571 327\$00
GL 1.2NV 4P	1 160 748\$00	1 629 710\$00
GL 1.2NV 5P	1 144 048\$00	1 610 171\$00
JOY 1.4NV 3P	1 168 148\$00	1 784 436\$00
JOY 1.4NV 5P	1 263 302\$00	1 895 766\$00
SW 1.5D 4P	1 321 784\$00	2 049 325\$00
SW 1.5D 5P	1 311 284\$00	2 037 040\$00
<b>KADETT</b>		
LS 1.2SC 3P	1 296 140\$00	1 782 268\$00
LS 1.2SC 5P	1 350 800\$00	1 846 220\$00
LS 1.4NV 3P	1 401 080\$00	2 051 117\$00
LS 1.4NV 4P	1 478 270\$00	2 141 429\$00
LS 1.4NV 5P	1 466 090\$00	2 127 178\$00
LS 1.7DA 4P	1 592 530\$00	2 672 720\$00
LS 1.7DA 5P	1 571 440\$00	2 648 045\$00
BEAUTY 1.4NV 4P	1 611 270\$00	2 297 039\$00
BEAUTY 1.4NV 5P	1 599 190\$00	2 282 905\$00
BEAUTY 1.5TD 4P	1 926 190\$00	2 750 630\$00
BEAUTY 1.5TD 5P	1 914 000\$00	2 736 368\$00
LS 1.7DA 5P (Caravan)	1 690 700\$00	2 706 065\$00
<b>VECTRA</b>		
GL 1.4 4P	1 868 700\$00	2 598 232\$00
GL 1.4 5P	1 916 030\$00	2 653 608\$00
GL 1.7D 4P	2 234 000\$00	3 423 240\$00

## AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
PANDA 750 CL	845 653\$00	1 089 470\$00
UNO 45-3P	923 516\$00	1 230 470\$00
UNO 45S-3P	989 157\$00	1 307 270\$00
UNO 45S-5P	1 054 798\$00	1 384 070\$00
UNO 60S-3P	1 030 093\$00	1 408 470\$00
UNO 60S-5P	1 093 341\$00	1 482 470\$00
UNO 60 SX	1 183 170\$00	1 587 570\$00
UNO 60 S CTX	1 194 254\$00	1 604 470\$00
UNO 70 SX-3P	1 204 715\$00	1 787 470\$00
UNO 70 SX-5P	1 252 578\$00	1 843 370\$00
UNO DIESEL 3P	1 155 190\$00	1 668 794\$00
UNO TURBO 5P	1 515 227\$00	2 146 790\$00
TIPO 1.1	1 283 170\$00	1 704 570\$00
TIPO 1.4	1 284 031\$00	1 880 270\$00
TIPO 17D	1 425 900\$00	2 457 895\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 584 202\$00	2 231 470\$00

## AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 367 104\$00	1 877 000\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 641 462\$00	2 198 000\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 818 043\$00	2 851 715\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 271 825\$00	3 382 640\$00
JETTA CL 1.3	1 371 414\$00	1 882 043\$00
JETTA CLD 1.6	1 878 400\$00	2 922 332\$00
JETTA CLTD+1.6	2 277 699\$00	3 389 512\$00
PASSAT CLTD+1.6	2 785 310\$00	3 983 417\$00
PASSAT VAR CLTD+1.6	2 819 597\$00	4 023 533\$00
AUDI 80 TD 1.6	2 986 514\$00	4 218 826\$00
AUDI 80 TD+1.6	3 139 252\$00	4 397 529\$00

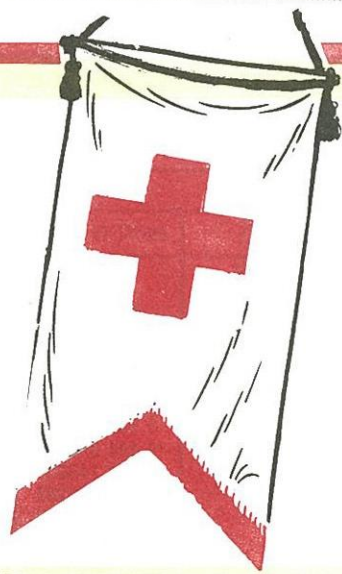
— A opção por pintura metalizada, varia entre os 12 000\$00 e 52 000\$00, conforme o modelo.

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desfalecimento da viatura, excepto para as marcas Citroën e Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.





## 8 DE MAIO — A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA COMEMORA ESTE DIA, ESTE ANO, COM AS «VÍTIMAS DE GUERRA»

Em 8 de Maio de 1828 nascia em Genebra (Suíça), Jean Henri Dunant, o qual, trinta anos mais tarde, perante o espectáculo de abandono a que estavam votados os feridos

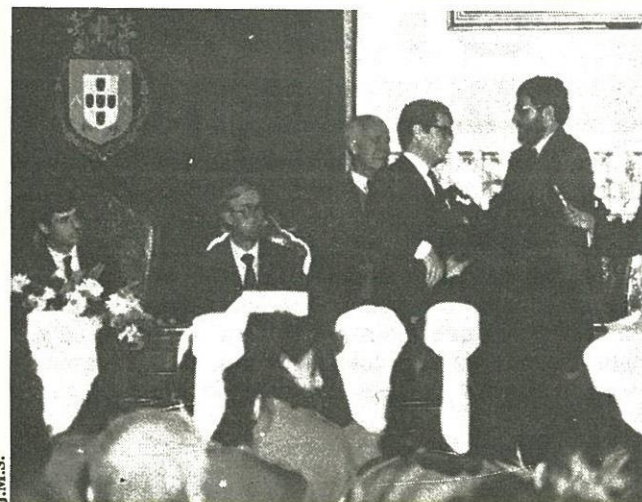
desta organização humanitária, escolheu-se o dia do nascimento do seu fundador para esse fim.

Este ano, e estando a Cruz Vermelha Internacional, conforme ELO já

teve lugar, no Palácio dos Condes de Óbidos (Alcântara), Sede Nacional da CVP, o juramento de compromisso das suas novas enfermeiras, talvez o ponto mais alto deste dia, como garante da continuação da actividade humanitária da instituição.

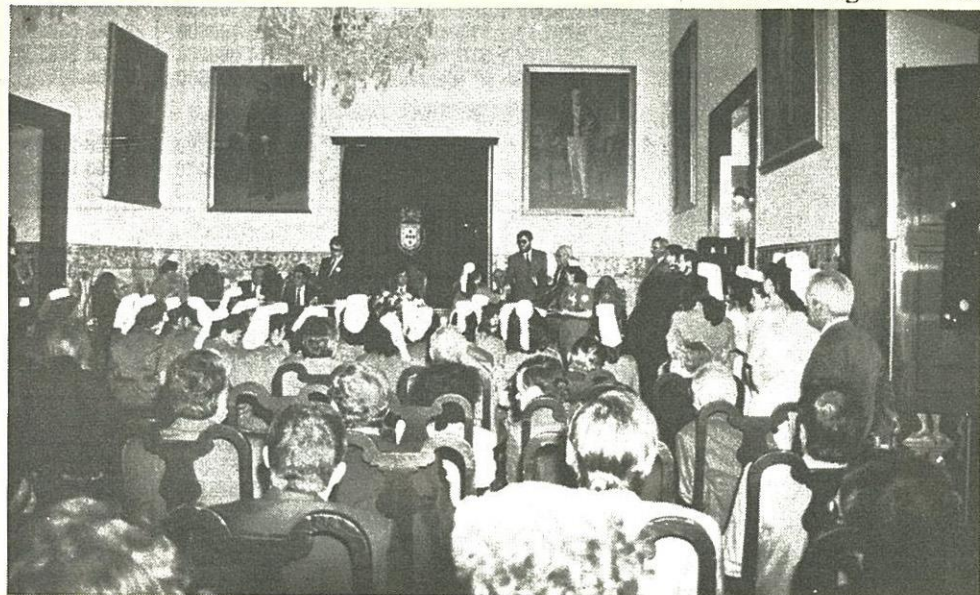
A preceder este acto, falou o Presidente da CVP, o qual, referindo-se à missão da Cruz Vermelha Internacional, e à actuação das sociedades nacionais (a portuguesa é das mais antigas — 4 de

honra, acompanhado em coro pelas novas enfermeiras, assinado o respectivo livro e recebidos os diplomas, proferidas algumas palavras de saudação pela enfermeira-chefe nacional, foram entregues, pela CVP, condecorações a várias personalidades e entidades que contribuíram para que fosse levada a bom termo a sua acção, assim como a outras que se distinguiram em actividades de apoio e auxílio social. À Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e ao Presidente da sua Direcção Central, entendeu a Cruz Vermelha Portuguesa atribuir, respectivamente, as suas Cruz Vermelha de Benemerência e Cruz Vermelha de Mérito, pelo importante papel desempenhado na defesa, na reabilitação e na rein-  
tegração das «vítimas de



não houvesse, realçou o trabalho, ainda que em campos de actuação diferentes, quer da Cruz Vermelha Internacional quer da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, ambas as entidades tão empenhadas na campanha que a primeira estava a patrocinar.

Ao terminar a sua intervenção, José Arruda entregou ao almirante Gonzaga Ribeiro, presidente da CVP, a medalha comemorativa da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.



dos da batalha de Solferino, iniciou diligências internacionais para que fossem prestados socorros aos soldados feridos nos campos de batalha, e devidamente protegidas as entidades e pessoas que efectuassem tais trabalhos.

Com imediata aceitação geral, a ideia germinou rapidamente, delatando vindo a sair a CRUZ VERMELHA que, tendo como símbolo o inverso da bandeira suíça (ou o crescente, em países muçulmanos), está hoje implantada em todo o Mundo, com quase duas centenas de sociedades nacionais.

Mais tarde, e de forma a haver uma uniformização mundial da data em que se comemora a cria-

por várias vezes noticiou e desenvolveu, empenhada numa campanha mundial de protecção às vítimas de guerra, entendeu a CVP subordinar a esse tema as comemorações nacionais, para o que convidou o Presidente da Direcção Central da ADFA, para proferir a oração principal nas cerimónias a levar a cabo em Lisboa.

Assim, no passado dia 8 deste mês e sob a presidência do representante do Ministro da Defesa Nacional, que se encontrava acompanhado, na Mesa de Honra, pelos Presidentes da CVP, Liga dos Combatentes e ADFA e pelo Vice-Presidente da CVP, para além de representantes do Cardeal-Patriarca de Lisboa e do Embaixador da Suíça,

Maio de 1865 — no ano seguinte à Convenção de Genebra), realçou a sua importância num mundo ainda extremamente belicista e em que as vítimas de guerra continuam a aumentar, sendo a sua grande percentagem encontrada entre as populações civis indefesas, com grande incidência sobre as crianças e as mulheres, situação que apela, cada vez mais, para um maior incremento de uma acção/sentimento dos povos, das pessoas e dos Governos, que se pode traduzir pela tão bela palavra portuguesa SOLIDARIEDADE (e que, dizemos nós, tem tão grande significado para a ADFA e para todos os antigos combatentes).

Lido o compromisso de



guerra» que são os deficientes militares.

A finalizar esta cerimónia, o Presidente da ADFA, proferiu uma oração em que, falando da necessidade de, cada vez mais, se avançar na defesa dos direitos das «vítimas da guerra», embora melhor fosse que as

NOTA — A convite da CVP, a ADFA esteve presente no «Seminário para a divulgação do Direito Internacional Humanitário e defesa dos Direitos Humanos», organizado na sua Sede, em 20/21 deste mês, pelo Instituto José António Marques.

Aproveitando a vinda a Portugal, a fim de participar nesta reunião, de delegações dos «países de língua oficial portuguesa», as mesmas visitaram a Sede da nossa Associação na manhã do dia 24.

Destes dois acontecimentos se dará notícia mais destacada no «ELO» de Junho.

Por curiosidade, e coincidência, julgamos ser de referir que, precisamente a 7 de Maio, portanto no dia anterior a este «Dia Mundial da Cruz Vermelha», foi publicado no «Diário da República» o Decreto-Lei n.º 164/91, do Ministério da Defesa Nacional, que diz na sua introdução:

A Cruz Vermelha Portuguesa, cujo início de actividade remonta a 1865 sob o nome de «Comissão Provisória para Socorro a Feridos e Doentes em Tempo de Guerra», foi reconhecida oficialmente por Decreto em 26 de Maio de 1968, sob o nome de «Comissão Portuguesa de Socorro a Feridos e Doentes

Militares em Tempo de Guerra», tendo os respectivos Estatutos sofrido diversas alterações ao longo dos anos, as quais culminaram com a aprovação, pelo Decreto-Lei n.º 36 612, de 24 de Novembro de 1947, dos actuais Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

Volvidos que são mais de 40 anos, a Cruz Vermelha Portuguesa sofreu um importante desenvolvimento ao nível estrutural, acompanhado de um crescente aumento de associados. Embora os princípios orientadores da actividade desta instituição permaneçam inalteráveis, é inquestionável a necessidade de se proceder à reformulação dos respectivos Estatutos, adequando-o não só a nível da sua própria organização como também à amplitude dos seus objectivos, em consonância com os definidos pelas convenções internacionais da Cruz Vermelha.

Com a plena consciência dos

altos e humanitários fins que a tão prestante instituição compete atingir, e no sentido de estimular e favorecer a prossecução das suas tarefas, mantém-se o reconhecimento das razões determinantes de apoio devido à Cruz Vermelha Portuguesa pelo Estado, gozando dos benefícios inerentes às instituições particulares de solidariedade social.

Importa, por isso, que o Governo consagre legalmente um conjunto de regras e princípios que irão regular as relações entre o Estado e a Cruz Vermelha Portuguesa, de molde a poder prestar cada vez mais e melhores serviços de reconhecida relevância e utilidade públicas, como instituição humanitária nacional de carácter voluntário.

Seguidamente, e ao longo de 13 artigos, se estabelecem as normas próprias da CVP, de que destacamos:

### Artigo 2.º

#### Princípios

A CVP desenvolve a sua acção em obediência aos princípios fundamentais da Cruz Vermelha estabelecidos na sua XX Conferência Internacional de 1965:

- a) Humanidade;
  - b) Imparcialidade;
  - c) Neutralidade;
  - d) Independência;
  - e) Voluntariado;
  - f) Unidade;
  - g) Universalidade;
- e às recomendações da XXV Conferência Internacional de 1986.

### Artigo 3.º

#### Objectivos

1 — Constitui objectivo fundamental da CVP contribuir para a difusão e aplicação dos princípios fundamentais da Cruz Vermelha, fomentando e organizando a colaboração voluntária e desinteressada das pessoas

singulares e colectivas, públicas ou privadas, na actuação e sustentação da instituição ao serviço do bem comum.

### Artigo 5.º

#### Órgãos

1 — O alto patrocínio da Cruz Vermelha Portuguesa fica reservado ao Presidente da República, que é o seu presidente de honra.

2 — A estrutura orgânica da CVP é definida pelos respectivos Estatutos, garantindo a representatividade e a participação democrática dos seus membros nos órgãos da instituição.

3 — O presidente nacional é o máximo responsável da CVP e exerce as suas funções em conformidade com o que estiver estabelecido nos Estatutos sobre a matéria.

4 — O presidente nacional da Cruz Vermelha Portuguesa é um cidadão nacional, membro da CVP, nomeado por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e

do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do órgão colegial de administração suprema da CVP.

### Artigo 8.º

#### Apoio do Estado

1 — O apoio do Estado em relação à CVP é assegurado pelo Ministério da Defesa Nacional.

### Artigo 9.º

#### Compromisso da tutela

1 — No exercício dos poderes de tutela, compete ao Ministro da Defesa Nacional exercer a superintendência da CVP na administração dos seus recursos e velar pela correcta execução da legislação.

### Artigo 11.º

#### Insignias e condecorações

A CVP através dos seus órgãos estatutariamente definidos pode conferir galardões próprios, insignias e condecorações para premiar serviços relevantes prestados à instituição ou à Humanidade.